



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 32- Nº 622 - DE 25 DE OUTUBRO A 8 DE NOVEMBRO DE 2020 - R\$ 4,00

## Abaixo a “guerra das vacinas”, de Bolsonaro e Doria

**Que as centrais e sindicatos  
convoquem manifestações em  
defesa da saúde da população,  
dos empregos e salários**

**Vote Nulo nas eleições municipais**

**Nenhum apoio aos candidatos  
da burguesia e da esquerda eleitoreira**

**Em defesa da independência  
de classe dos explorados**

**Construir o Partido Operário Revolucionário**

**103 anos da Revolução Russa**

*Viva a luta do proletariado internacional pelo  
comunismo, sociedade sem exploradores e explorados!*

*Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!*



## Vacina

# Mais uma bárbara disputa interburguesa

Bolsonaro desautorizou seu ministro da Saúde, Pazuello, de manter o acordo com os governadores de financiar a vacina chinesa Coronavac. Os testes realizados pelo Instituto Butantã e o laboratório Sinovac chegaram à última etapa. Basta que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) os aprove, e se tenham recursos para a aquisição inicial de 46 milhões de doses. Se não fossem os interesses das multinacionais e dos governos imperialistas, esse processo poderia ser concluído e verificado seu valor científico na prática.

Bolsonaro, desde o início da corrida, se definiu pela vacina da farmacêutica AstraZeneca e Universidade de Oxford, da Inglaterra. O governador Doria, de São Paulo, optou pelo Sinovac. De um lado e de outro, se alinharam a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Butantã. As duas instituições estão capacitadas a produzir qualquer uma das vacinas, entre muitas que foram anunciadas, e estão em fase de teste. Há um reconhecimento geral de que o Brasil tem o mais avançado e amplo programa de imunização mundial. O Instituto e a Fundação são dois pilares dessa conquista civilizatória. Agora, diante do vírus mais complexo e mortal, estão divididos pelos interesses políticos do governo e governadores burgueses.

A população tem assistido à mais suja e odiosa disputa entre governos e laboratórios, enquanto a pandemia persiste há sete meses, e indica que pode ter novos surtos mortíferos. Essa conduta política põe ainda mais às claras o quanto o poder econômico dita o curso do enfrentamento à pandemia, em detrimento da proteção dos pobres e miseráveis. As campanhas de difamação de uns contra outros laboratórios e governos, sobre a capacidade e seriedade científica, ocorrem impunemente.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) serviu de caixa de ressonância das disputas, sem que pudesse organizar e coordenar um combate real, unificado e planejado, de acordo com as condições impostas pela pandemia. A guerra comercial dos Estados Unidos contra a China determinou a falência da OMC. Seus reflexos no Brasil se evidenciaram nas disputas políticas entre Bolsonaro e Doria, que acabaram dividindo as autoridades em todo o País.

O criminoso combate de Bolsonaro à vacina da Sinovac é mais um elo da guerra de alinhamento e posições políticas internacionais. A guerra comercial de Trump se faz presente no Brasil, que carrega milhões de contaminados e milhares de mortos. Sem mais nem menos, Bolsonaro desqualificou a vacina chinesa. E tem contado com a Anvisa, que retarda injustificadamente a autorização de importação de insumos

para a produção da Coronavac.

Bolsonaro, alinhado a Donald Trump e Boris Johnson, não admite que a vacina da AstraZeneca-Oxford fique atrás. O adoecimento de um dos voluntários ao teste e a morte de outro retardaram o avanço da vacina inglesa. Bolsonaro conta com a MP 994, que aguarda votação no Congresso Nacional, que privilegia a AstraZeneca e a Fiocruz, simplesmente por alinhamento com os Estados Unidos.

A discussão entre os parlamentares sobre uma forma de facultar recursos para a Sinovac-Butantã não foge à odiosa disputa política. Doria posa de bom samaritano, dizendo em voz lacrimosa que a vacina não tem pátria, que é um bem a serviço da vida, e que a vacina a ser produzida no Butantã é do Brasil. Sim, a vacina tem pátria, aquela que controla a ciência na forma de capital. A concorrência comercial indica que se tem muito a ganhar, ou a perder. O Brasil tem uma avançada indústria de vacina, inclusive passou a dominar conhecimento e tecnologia, mas continua a depender das multinacionais. É o que se observa, na corrida entre poderosos laboratórios. Os interesses econômicos e políticos das potências estão claramente refletidos nos alinhamentos internos do País.

Assistimos Bolsonaro e Doria a se digladiarem em torno à política burguesa do isolamento social. O poder econômico deu a palavra final em poucos meses, acabando com a quarentena (permanecem resquícios na educação). Logo mais, darão um jeito de arrefecer a “guerra das vacinas”. Mas, um só dia que retarde o início da vacinação resulta em centenas de mortes. Os governadores pensam em criar um fundo, caso Bolsonaro persista em manter seu veto ao acordo negociado pelo ministro-general Pazuello.

Assim se passa, porque a classe operária foi amarrada pelas direções sindicais por detrás da política burguesa do isolamento social. Uma clara posição em favor da vacinação, o mais urgente possível, não deve ser desvinculada da luta pelos empregos, salários, direitos e saúde pública. O programa de expropriação revolucionária do grande capital, sem dúvida, é a resposta consequente do proletariado. Para isso, é preciso se libertar da dominação burguesa, e conquistar a independência política, por meio de suas organizações coletivas e de seu partido revolucionário. É com esse objetivo que o POR em construção combate a política burguesa do isolamento social, que agora tem seu desfecho na “guerra das vacinas”. “Abaixo a “guerra das vacinas”! Que as centrais e sindicatos convoquem manifestações em defesa da saúde da população, dos empregos e dos salários.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
**CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) - [facebook.com/massas.por](https://facebook.com/massas.por)**

**Manifesto do Partido Operário Revolucionário***Trabalhadores e juventude oprimida:***Votem nulo, em defesa dos empregos,  
salários, direitos e saúde pública!  
Rejeitem o circo eleitoral das promessas!  
Não se deixem enganar com as mentiras burguesas!**

16 de outubro de 2020

Todos os partidos e candidatos dizem que estão pela defesa da vida. Dizem que, com a pandemia, são necessários prefeitos e vereadores que curem as desgraças dos pobres e miseráveis. Dizem que se comprometem com algum tipo de “renda mínima”. Que vão trabalhar pela abertura de postos de trabalho, melhorar a saúde, educação, creche e transporte. Que vão pôr em prática um plano de moradia popular, resolver o problema dos moradores de rua, cuidar da regulamentação das áreas ocupadas, urbanizar as favelas, dar fim aos esgotos a céu aberto, garantir água potável a todos os bairros.

Essas promessas passam de uma eleição a outra. As favelas continuam avançando. Os pobres e miseráveis vão sendo empurrados para áreas cada vez mais distantes dos centros. Os empreendimentos imobiliários de classe média ganham espaços urbanos. Os trabalhadores desempregados, subempregados e informais são forçados a morar cada vez mais distantes das fábricas, do comércio e dos serviços. O custo de vida é alto, e o preço das passagens dos coletivos ficam mais e mais proibitivos. Esse é o retrato dos grandes centros urbanos, onde a disputa eleitoral se acirra. Onde se apresentam programas eleitorais milagrosos.

Os explorados, pobres, miseráveis e famintos estão longe dessa politicagem, malandragem, canalhice e descaramento. Estão mergulhados na labuta diária do ganha pão, das suas enfermidades, do sofrimento dos filhos, da apreensão com o vencimento do aluguel, água, luz e gás. Olham de longe, com asco e desconfiança, os politiqueiros burgueses e pequeno burgueses. O mundo dessa política não lhes pertence. Não diz respeito ao seu dia-a-dia, que para muitos é de necessidade e fome.

Não existem verdadeiros motivos para os pobres e miseráveis prestarem atenção nas eleições. Muito menos para se entusiasmarem com as campanhas eleitorais, com os discursos dos candidatos dos partidos burgueses e pequeno-burgueses, com a oratória de direita e de esquerda. Nada do que dizem e prometem faz parte de um movimento real de mudança, em que as massas ditem o curso dos acontecimentos.

As eleições caem do alto, e pousam sobre os bairros operários, favelas e cortiços, com a estranha promessa de esperança de que a vida vai mudar para melhor. Mas, os quatro anos se passam, e a pobreza continua a aumentar. A fome não dá trégua. O desemprego não cede. O ganha-pão com o subemprego fica mais difícil. As crianças continuam envolvidas pelos perigos da

miséria. Mais e mais são as mulheres que se tornam arrimo de família. O narcotráfico ganha espaço. A polícia assassina ainda mais. Os negros permanecem como o alvo principal. Mais famílias se desintegram. Mais sem-teto inundam praças e viadutos. Os sinais vermelhos são disputados por vendedores ambulantes e pedintes esfarrapados. Essa realidade social não se limita a São Paulo e Rio de Janeiro. Generalizou-se por todo o País.

***Não existem verdadeiros motivos para os pobres e miseráveis prestarem atenção nas eleições. Muito menos para se entusiasmarem com as campanhas eleitorais, com os discursos dos candidatos dos partidos burgueses e pequeno-burgueses, com a oratória de direita e de esquerda. Nada do que dizem e prometem faz parte de um movimento real de mudança, em que as massas ditem o curso dos acontecimentos.***

As massas empobrecidas e miseráveis têm de ser motivadas e arrastadas às eleições. Não têm como identificar o caráter de classe dos partidos, muito menos seus interesses particulares, e menos ainda se são de direita, centro ou esquerda. São atraídas pelas promessas, que dizem respeito às suas necessidades vitais. As organizações de bairros, líderes comunitários, ONGs, igrejas e agentes do tráfico passam a exercer a influência eleitoral. Viram cabos eleitorais, de acordo com seus vínculos com o poder econômico local e nacional. Os explorados são fustigados com a propaganda, e incentivados a decidir pelo voto que partidos darão continuidade à política burguesa. Essas organizações têm em comum o fato de responderem ao poder econômico, e expressarem interesses particulares.

Passadas as eleições, de nada adianta aos pobres e miseráveis esperarem pelo cumprimento das promessas. Mas, as organizações de bairro, líderes comunitários, ONGs, igrejas e agentes do tráfico têm o que cobrar dos eleitos. Foram e serão instrumentos de manutenção das ilusões democráticas nos bairros operários, favelas e cortiços. Assim, auxiliam a manutenção da dominação da burguesia sobre a maioria oprimida.

Operários, demais trabalhadores e juventude, essas eleições municipais estão marcadas por algumas particularidades:

Primeiro, a pandemia vem matando os mais indefesos economicamente. A burguesia e seus governos se mostraram incapazes de proteger os pobres e miseráveis.

Segundo, a política burguesa do isolamento social resultou em demissão em massa, redução dos salários, destruição de direitos, aumento da miséria e da fome. A classe operária suportou o peso da crise econômica, sem que tivesse a possibilidade



de de reagir. As direções sindicais, sem exceção, colaboraram com a imposição governamental e patronal.

Terceiro, o auxílio emergencial de R\$ 600,00 mal deu para a sobrevivência de milhões de família. Agora, reduzido pela metade, piora as condições de miserabilidade. O governo Bolsonaro joga com um novo programa assistencial, para enganar os desempregados, subempregados e informais. Os candidatos a prefeito e vereador se valem desse jogo. Mais da metade da população é tratada como indigente, que tem de se agarrar às migalhas distribuídas pelo Estado, para não morrer de fome.

Quarto, os partidos usam as eleições municipais para se preparar para as eleições presidenciais. A divisão da população entre partidários de Bolsonaro e opositores oculta o conteúdo burguês da política de um e de outro. Essa é a forma que mais convém aos exploradores, para combater as tendências instintivas dos explorados em se defenderem com suas reivindicações, com suas organizações (assembleias democráticas, comissões de fábrica, comitês de luta, autodefesa), e com os métodos próprios de luta (greves, piquetes, ocupações, manifestações, bloqueios). É preciso também ver com cuidado a divisão entre direita, ultradireita e esquerda. Essas distinções políticas quase sempre ocultam o conteúdo de classe burguês e pequeno burguês, principalmente diante das disputas eleitorais. A esquerda eleitoral se esforça por arrastar os explorados por meio das ilusões democráticas. Ou seja, por meio da crença de que, se trocando a política no poder do Estado, se reforma o capitalismo e, assim, a vida dos explorados muda para melhor. Essa impostura está presente na disputa eleitoral.

O Partido Operário Revolucionário está em construção no seio da classe operária, demais explorados e juventude. Não apoia nenhuma das candidaturas, embora algumas delas possam como sendo dos trabalhadores e socialistas. Os partidos de esquerda reformista e centrista foram arrastados, sem exceção, por trás da política burguesa de isolamento social. Nos sindicatos que dirigem, foram passivos diante da onda de demissões, negociaram PDVs, acomodaram-se aos acordos de



***Os explorados, desempregados, subempregados, terceirizados, remediados, pobres e miseráveis devem se valer do voto nulo para protestar, denunciar e rejeitar as mentiras, as promessas e a canalhice dos politiquieiros da burguesia. Devem expressar sua revolta aos ataques dos capitalistas e de seus governos às suas condições de existência.***

redução salarial e perdas de direitos. Assim, não realizaram uma campanha pela derrubada da MP 936 e do plano de emergência de proteção aos grandes capitalistas e banqueiros. Agora, denunciam o desemprego, a miséria e a fome, para atrair a atenção das massas para as eleições municipais.

O POR luta contra a política burguesa de direita, ultradireita e esquerda, com a estratégia própria de poder da classe operária, em toda a situação em que confundem as massas, ocultando seu conteúdo de dominação capitalista. Nestas eleições, defende o Voto Nulo. Muitos vão se abster, não irão votar. A maioria, porém, será arrastada às urnas.

Os explorados, desempregados, subempregados, terceirizados, remediados, pobres e miseráveis devem se valer do voto nulo para protestar, denunciar e rejeitar as mentiras, as promessas e a canalhice dos politiquieiros da burguesia. Devem expressar sua revolta aos ataques dos capitalistas e de seus governos às suas condições de existência. Devem dizer não à política burguesa de isolamento social, que não protegeu os mais pobres e que resultou em mais desemprego. Devem condenar os acordos de demissão, redução salarial e destruição

de direitos. Devem pisotear a MP 936, as contrarreformas trabalhista, previdenciária, da terceirização e, agora, a administrativa. Devem colocar-se contra as privatizações e a desnacionalização, que servem ao grande capital e ao imperialismo. Devem dar um grito de guerra contra a miséria e a fome.

O POR chama a vanguarda com consciência de classe a assumir a tarefa de construir, no seio do proletariado, o partido da revolução e ditadura proletárias. Chama a se colocar sob a bandeira do governo operário e camponês. Chama a desenvolver a política revolucionária, que se assenta no programa de expropriação da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social, coletiva, socialista.

***Trabalhador e jovem oprimido, votem nulo contra a farsa burguesa! Votem nulo, em defesa das reivindicações próprias! Votem nulo pela construção do partido da revolução socialista!***



# Milícias se destacam nas eleições do Rio de Janeiro

Depois do assassinato de dois candidatos a vereador, em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, a Polícia Civil do Rio fez uma investida contra milicianos. Resultado: 17 mortos. A espetacular operação serviu de demonstração de que o Estado protege o pleito eleitoral. Esse tipo de aparência mais revela do que oculta a incapacidade do poder da burguesia de impedir que as milícias influenciem as eleições no Rio de Janeiro.

É bem conhecido o percurso de implantação das organizações criminosas, que se valeram da própria polícia, autoridades judiciais, partidos políticos e personalidades do mundo burguês. Os bicheiros, traficantes, contrabandistas e milicianos se ergueram como um poder econômico, e, como tal, capazes de influenciar amplamente o poder político.

As eleições são apenas um momento em que as milícias aparecem em meio às disputas interburguesas. Passada a concorrência, avaliam o quanto podem exigir dos candidatos eleitos. Nesse sentido, as eleições municipais têm uma especial importância para o poder econômico, que está por trás das organizações criminosas.

As milícias se destacaram como um fenômeno particular do Rio de Janeiro. Com muito dinheiro, os milicianos financiam campanhas, e compram autoridades do alto escalão. Com ostensivo armamento, aterrorizam a população e alinham as candidaturas de seu interesse.

As milícias surgiram do vínculo da polícia com traficantes, bicheiros, contrabandistas, etc. Da proteção às organizações criminosas, tornaram-se não somente uma delas, mas uma das mais poderosas. Representam, hoje, um considerável poder econômico.

O “Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro”, que resultou de pesquisas e estudos de várias instituições, indica que 2% da área do Rio não é controlada por organizações criminosas. Certamente correspondem à restrita área dos milionários.

Os milicianos, traficantes e bicheiros se utilizam também do assistencialismo, que é uma modalidade assimilada dos programas governamentais, das igrejas e ONGs. Nesse terreno, há um entrelaçamento dessas forças políticas, que se assentam no poder econômico, na pobreza, na miséria e no aglomerado humano, nas

favelas e cortiços.

Em momentos eleitorais, lançam-se ao apoio de partidos e candidatos, para manter a capacidade de influência política nas instituições estatais. O assassinato de 17 milicianos não passa de um troféu. Não abala em nada a estrutura do crime, que tem suas raízes nos negócios capitalistas.

É sintomático que não se tenha assinalado o processo que expõe os vínculos dos Bolsonaro com as milícias. O clã se serve da proteção do próprio Estado. O assassinato de Marielle Franco, vereadora do PSOL, resultou de uma operação de milicianos. Passa o tempo, e os mandantes continuam ocultos.

O reaparecimento das milícias nas eleições, com a baixa de 17 membros, se reflete nos choques com o aparato repressivo, e no seio da política burguesa. O problema está em que as massas oprimidas acabam sendo arrastadas, sob tremenda pressão, a manter o poder da burguesia e, em particular, dos grupos que controlam, desde seu interior, os bairros operários empobrecidos, as favelas e cortiços.

Essa situação se agrava com a desintegração do capitalismo. A precária organização do proletariado dificulta enormemente impulsionar a luta independente nos lugares de moradia. O Partido Operário Revolucionário se esforça em mostrar aos explorados que as eleições servem apenas aos interesses dos exploradores.

As massas oprimidas não podem confiar sua própria sorte, nem aos milicianos, nem aos politiquinhos, nem à democracia e justiça burguesas, para resolver sua miserável condição de vida. Deixar nas mãos da polícia o combate aos grupos paramilitares é continuar refém do crime organizado e do braço armado do Estado, que, por sua vez, vem batendo recordes de assassinatos no RJ.

A única saída a essa barbárie capitalista é a independência de classe. A tarefa da vanguarda consciente é lutar pela construção do partido revolucionário, intervindo nas eleições com estratégia própria de poder, que é o governo operário e camponês, defendendo o voto nulo, apresentando um programa de reivindicações, e chamando à constituição de uma frente única, que coloque em pé um movimento de massa poderoso, para combater o capitalismo e sua barbárie.

## Disputa pelo voto dos evangélicos

A avaliação do candidato Marcio França (PSB) é de que a alta hierarquia das igrejas evangélicas está com o prefeito e candidato à reeleição Bruno Covas. A solução, portanto, é penetrar nos seus rebanhos. Essa empreitada se faz conquistando os líderes, que os movimentam, no dia a dia, com a fé nos dogmas de cada nomenclatura evangélica.

Segundo informação, França se reuniu com 500 deles, em um ato no Tatua-pé, zona leste de São Paulo, e obteve um compromisso de apoio. Já o candidato do PT, Jilmar Tatto, participou de um ato na quadra dos bancários, organizado pelo Movimento de Evangélicos e Evangélicas. Foi assinada uma “carta de compromisso”

com o assistencialismo, voltado aos “valores cristãos da família”.

Estima-se que os evangélicos correspondem a 30% do eleitorado no País. Essa massa de milhões conta com boa parte de pobres, que vivem em bairros operários, favelas e cortiços. Não deixa de ser importante também o enorme contingente de classe média. É sabido que uma parcela desse universo não segue as recomendações eleitorais dos pastores, mas sua influência é de grande envergadura.

Dos 11.059 candidatos vinculados à religião, 4.915 se declaram pastor ou pastora. Segundo, informações houve um crescimento de 34%, em relação às eleições

de 2016. O retrato do agigantamento dos evangélicos na política institucional se obtém na frente parlamentar evangélica, que reúne 195 deputados, correspondendo a 38% do total.

Em 24 das 26 capitais, os evangélicos lançaram candidatos nestas eleições municipais. Distribuem-se em vários partidos. Em São Paulo, Russomano se encontra à frente das pesquisas. E, no Rio de Janeiro, Crivella, mesmo acusado de corrupto, ainda espera vencer Paes. A candidata do PT, nesse estado, Benedita da Silva e sua vice do PCdoB são evangélicas. Está claro que os evangélicos se tornaram uma considerável força política, a ponto de ter na presi-

dência da República Jair Bolsonaro.

A que se deve esse fenômeno? As igrejas evangélicas edificaram um enorme poder econômico e um império de comunicação, extraindo o dízimo das massas e movimentando capitais, sob a tutela do Estado. Ainda está quente na memória o chamado “perdão da dívida” das igrejas no valor de R\$ 1,2 bilhão, pelo Congresso Nacional.

Poder econômico e poder ideológico da religião constituem uma extraordinária força de amortecimento das tendências à revolta das massas. Espalham o obscurantismo. Cegam os oprimidos

diante de seus opressores. A Igreja Católica perde terreno, mas continua a ser o principal esteio político da burguesia. Sua diretriz é a de influenciar, sem precisar de grande exposição, utilizando-se do capital histórico de colonizador.

As igrejas, como um todo, formam um aparato ideológico de grande dimensão de defesa do capitalismo contra a revolução proletária e o comunismo. Seu alcance penetra em todos os partidos da ordem burguesa, incluindo os reformistas. É compreensível o fato dos partidos, que se identificam como esquerda e que disputam eleições, não responderem programa-

ticamente à influência política das igrejas sobre as massas pobres e miseráveis. Fecham os olhos para os aparatos econômicos e ideológicos da religião, como se não fossem uma força decisiva na sustentação da opressão capitalista sobre a maioria oprimida. É como se não expressassem a opressão nacional exercida pelo imperialismo, em particular, no caso dos evangélicos, dos Estados Unidos.

Obrigatoriamente, a intervenção revolucionária nas eleições tem de expor as raízes de classe da religião, e combater pela emancipação da classe operária de todas as formas de dominação burguesa.

## UM EXEMPLO DA AÇÃO DO PODER ECONÔMICO

O candidato Milton Leite, ex-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, é vereador desde 1996. Em fins de 1970, portanto, quando a ditadura militar agonizava, se aproximou do PCdoB. Seu vínculo inicial com o movimento de moradia e as ações dos estalinistas nos movimentos populares se entroncaram. Abria-se uma porta para a carreira política no município de São Paulo.

Logo Leite se engraçou com o DEM, antigo PFL. Esse partido da direita oligárquica deu-lhe melhores condições para se projetar. Por outro lado, a trajetória de Leite como líder comunitário na Zona Sul, que congrega imensos bairros operários e populares, como Campo Limpo, Parelheiros, etc., oferecia uma máscara ao DEM.

Nestas eleições municipais, Leite se tornou motivo de atenção da imprensa pelo fato de promover uma campanha mais cara que a dos próprios prefeitos. Contratou 500 cabos eleitorais, com salários que vão de R\$ 800 a R\$ 2,2 mil. Basta concentrar a propaganda massiva nos bairros mais populosos, onde o vereador conta com o poder econômico local, para se eleger tranquilamente.

Entre esse poder, o mais importante é o apoio de empresas de ônibus e cooperativas de perueiros. Assim, Leite saiu da pobreza dos anos de 1970 para um homem rico. Foi acusado pelo Ministério Público de São Paulo por vínculos com o Primeiro Comando da Capital (PCC), entre outros crimes. Bem camuflado, permaneceu ileso. A influência do narcotráfico nas eleições em São Paulo é menos visível, que a das milícias no Rio de Janeiro, mas, sem dúvida, é de grande alcance.

Influente na Câmara Municipal, Leite chegou ao ponto de indicar seus agentes para cargos no governo de João Dória, como subprefeituras e Secretaria Municipal dos Transportes. A relação dos transportes coletivos paulistas com o PCC é de amplo conhecimento.

O exemplo da campanha milionária de Leite é apenas um exemplo que expõe o caráter apodrecido das eleições e da democracia burguesa. Por essa via, não há nenhuma possibilidade de constituir um governo capaz de realizar mínimas reformas em favor das massas. O reformismo que pretende se distinguir, nas eleições, com a bandeira de colocar as decisões nas mãos de organizações populares mente descaradamente.

## O que há de antidemocrático nas eleições

O debate entre candidatos na TV sofre o crivo da seleção. Os partidos de esquerda sem expressão financeira, estrutura nacional e representação parlamentar são excluídos. O fundo partidário é monopolizado pelos grandes partidos. Impera o poder econômico.

As milícias, narcotráfico e polícia se colocam a serviço de partidos e candidatos, que atendem a seus interesses. É um poder armado que coage a população e cerceia os partidos que não lhes servem.

A perseguição política e o ataque ao direito de expressão do Estado a partidos e candidatos considerados subversivos estão presentes. Exemplos, nesse sentido, são as denúncias do PCO contra-ataques a suas candidaturas, em vários estados. Em Porto Alegre, seu candidato Luiz Delvair, foi censurado por defender as bandeiras de “Fora Bolsonaro” e “Lula candidato”. Não bastando, Delvair teve sua candidatura cassada por “não prestar contas” de

2006, segundo denúncia de PCO. Os partidos da burguesia recebem rios de dinheiro e fazem o que querem, depois formalmente prestam contas à justiça e tudo fica legalizado.

Um partido para obter registro eleitoral depende de ter condições financeiras, estrutura nacional, aparato partidário e capacidade para fraudar assinaturas. São inúmeras as formas e meios antidemocráticos, que tornam as eleições um momento de arregimentação política das massas pelo poder da burguesia.

As condições para a utilização revolucionária das eleições como tribuna estão amplamente limitadas. Os partidos de esquerda, se querem se potenciar nesse sentido, têm de se adaptar mais e mais à democracia oligárquica e em decomposição. Esse caminho é rechaçado e combatido pelo POR, que desenvolve no seio dos explorados o programa e a estratégia da revolução e ditadura proletárias.



## O objetivo central de PCO nas eleições municipais

A 30ª Conferência do PCO aprovou uma longa resolução. O mais importante está em que estabeleceu como linha geral propagandear a bandeira “Fora Bolsonaro”, e centrar a atenção na defesa de Lula. Eis: “A palavra de ordem central da luta contra o golpe neste momento é precisamente o Fora Bolsonaro e da restituição dos direitos políticos a Lula”. PCO acredita que assim estaria contribuindo para mobilizar as massas em defesa da democracia e contra os golpistas da direita.

A tática de sua participação nas eleições se volta a evitar a “vitória esmagadora (dos golpistas) contra a frente popular”. O destino das eleições presidenciais, em 2022, depende da derrota dos bolsonaristas nas eleições municipais. A habilitação de Lula, portanto, é uma condição fundamental para barrar o golpismo. Nesse raciocínio de base, elementar e esquemático, reside o cretinismo eleitoral do PCO, que tanto diz rejeitar e condenar o caso do eleitoralismo das demais correntes de esquerda. A esperança de despertar nas massas o sentido da mobilização, se utilizando da campanha eleitoral, é ridícula.

A resolução da Conferência não responde à crise política com as tendências da luta de classes. Seu formalismo acadêmico oculta as forças que vêm desviando e bloqueando a luta independente do proletariado e dos demais explorados. A resolução desconhece a responsabilidade da burocracia sindical em geral, e em particular a da CUT, vinculada ao PT, em manter de pé o governo militarista e fascizante de Bolsonaro. Todas as direções, sem exceção, serviram de auxiliares do patronato, do governo e do Congresso Nacional, em aplicar a MP 936. A capitulação generalizada diante da política burguesa do isolamento social significou amarrar as mãos e pés da classe operária e dos demais explorados, diante dos acordos de redução salarial e quebra de direitos elementares, bem como das demissões massivas.

A frente burocrática das centrais chegou a crer na possibilidade de organizar um movimento pelo impeachment de Bolsonaro, a que serviu a bandeira de Fora Bolsonaro. Assim que a burguesia exigiu arrefecer a crise política, e o núcleo militar do governo acatou, a frente burocrática perdeu sentido político. PCO e quase toda a esquerda se enfiaram nessa frente, afiançando a via do impeachment, que serviu e serve ao golpismo.

A pandemia se abateu sobre o País, e a frente burocrática cancelou a manifestação de 18 de março, indicando que, dali em diante, o seu trabalho era o de reforçar a diretriz do isolamento social, sem nenhuma garantia de empregos e salários. As centrais, assim, acabaram se alinhando atrás dos governadores em suas divergências com Bolsonaro, com o custo de assumir

todas as consequências da aceleração da crise econômica.

Vieram as assembleias virtuais, e os acordos de redução salarial. Mais recentemente, as direções dos sindicatos metalúrgicos, que envolvem a CUT, Força Sindical, CTB e CSP-Conlutas, se mostraram incapazes de reagir, diante das exigências das multinacionais de aplicar o PDV; assim, somente a Volkswagen obteve um acordo de demissão de 5.000 operários. Isso em meio a milhões de demitidos na indústria, comércio e serviços.

Aí está graficamente exposta a política de conciliação de classes, que permitiu que Bolsonaro não tivesse de enfrentar os explorados, que permaneceram acuados pelo terror da pandemia e pela ofensiva dos capitalistas. É essa política de conciliação de classes que favorece o avanço das forças direitistas e o fortalecimento das tendências ditatoriais da burguesia, que de resto se verificam mundialmente.

PCO oculta essa conduta antioperária das direções, que seguem principalmente o PT e o caudilho Lula. Mascara sua adaptação ao reformismo, ao caudilhismo e à política de colaboração de classes da burocracia cutista, com a pseudo crítica de que o problema “da esquerda pequeno-burguesa” está em se colocar “no terreno de uma competição com o PT”. É falso que a “esquerda pequeno-burguesa” deixa de lado a luta contra a burguesia e o capitalismo, para competir com o PT. O certo é que o centrismo, por mais esquerdista que seja, está obrigado a se adaptar ao capitalismo, e caminhar em direção ao reformismo. Isso porque não desenvolve sua política de acordo com o programa revolucionário, que se nega a elaborar. Para se potencializar eleitoralmente, tem de ir em busca dos desacreditados com o PT. Também é igualmente falso que PCO, por combater o capitalismo, não se coloca por competir com o PT. O centrismo de palavreado esquerdista, impotente eleitoralmente, não tem como colher os frutos da desagregação do reformismo petista. É-lhe mais vantajoso ir em busca daqueles que ainda põem fé em que Lula é a salvação do País diante dos golpistas e fascistas. No fundo, PCO também compete com o PT, mas como um competidor fracassado logo de saída.

Há outros aspectos da resolução que poderiam ser analisados, como seleção de candidatos e financiamento de campanha, mas o essencial já expusemos. Apenas uma breve menção sobre o abstencionismo. A crítica de PCO não serve ao POR, que está obrigado a intervir nas eleições com a bandeira do voto nulo, devido à impossibilidade legal de participar com seu programa revolucionário e candidaturas próprias.

**Adquira com nosso distribuidor**

**30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)**

# Resposta ao manifesto eleitoral do PSTU

É comum, os partidos que se reivindicam do marxismo lançarem suas candidaturas em todas as eleições e ataquem a posição do POR de voto nulo, como sectária. Utilizam-se do leninismo, de forma oportunista, deturpando-o, para dizer que os marxistas devem intervir nas eleições. O que não dizem é que Lenin condenava, além do sectarismo dos anarcossindicalistas, que rechaçavam, por princípio, a intervenção nas eleições (o que não guarda nenhuma semelhança com a posição porista), o oportunismo parlamentarista, ou seja, o cretinismo eleitoral. A intervenção dos marxistas nas eleições não parte do vazio, mas sim de uma caracterização clara e precisa do Estado, do próprio processo eleitoral, das classes em disputa e da conjuntura, em uma palavra, do programa. Esse programa é expressão do partido revolucionário. É desta forma que Lenin entendia a intervenção eleitoral, como via auxiliar no processo de luta das massas pela tomada do poder.

***O traço esquerdizante expõe o fundo oportunista, ao pretender na fórmula que pretende manter o instrumento burguês, a Câmara, esvaziando completamente sua função, ao colocá-la submissa aos comitês. Essa formulação não é nova no marxismo, o reformismo há muito pretendeu combinar as instituições da democracia burguesa com os organismos criados pelas massas. Lenin travou uma dura batalha contra a posição de Kautsky, que atacava a ditadura do proletariado e defendia a fusão dos soviets com a Assembleia Constituinte.***

O PSTU, como é de costume, lançou seus candidatos nestas eleições municipais. Destaca-se a candidatura de Vera Lúcia, na cidade de São Paulo. Lançaram também um manifesto geral e um manifesto para a juventude. Apesar do POR já ter dado resposta à política do PSTU nas eleições e fora delas (nosso livro “As Esquerdas no Brasil” reservam não menos que 200 páginas de debates com esta organização), essas candidaturas, tidas como revolucionárias, ainda arrastam ilusões em uma camada da vanguarda e, por isso, cabe mostrarmos as principais confusões e falsificações.

O manifesto “Uma Alternativa Socialista e Revolucionária: Em defesa da vida, do emprego, do salário, da renda, da alimentação, dos serviços públicos e da soberania, colocar as cidades nas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras, através de conselhos populares”, expressa da maneira mais clara possível a definição do centrismo, ou seja, a oscilação entre o marxismo e o reformismo.

O PSTU tem, no último período, uma série de oscilações, que vão do ultra-esquerdismo ao oportunismo reformista mais rasteiro. A ausência do programa revolucionário e a falta do entroncamento com a classe operária, dependendo cada vez mais da pequena burguesia urbana, são elementos que condicionam o partido a tirar da cartola uma resposta política a cada

nova situação da luta de classes. Essa afirmação pode ser concretizada em alguns eventos recentes: na frente de esquerda, em conjunto com PSOL e PCB, em apoio à reacionária Heloísa Helena (ainda que tenham se arrependido posteriormente); na tentativa frustrada de uma posição de vice na chapa com o PSOL em 2014; na posição diante do golpe de Estado orquestrado pela burguesia e encaminhado pelos partidos oligárquicos, que retirou o PT do poder, para que as contrarreformas fossem aplicadas na velocidade e profundidade que o governo petista não conseguia. Concretamente, a posição de que não havia golpe e “Fora Todos” fez com que se chocassem suas alas, mais à esquerda e à direita, concluindo no rompimento de uma fração, o MAIS, depois RESISTÊNCIA, que posteriormente se abrigou no guarda-chuva do PSOL, assumindo plenamente posições antimarxistas e democratizantes; na esquerdização da bandeira de “Fora Temer”, dos reformistas, para a bandeira de “Fora Temer, Fora Todos Eles”; nas eleições de 2018, em que o PSTU lançou a Vera no primeiro turno, com um “Chamado à Rebelião”, que magicamente se transformou, de um turno para outro, no chamado de voto em Haddad; na atuação do partido em 2020, quando entrou em uma ampla frente de caráter eleitoral pelo “Fora Bolsonaro” e impeachment, se adaptando à política burguesa de retirada do voto por meio do parlamento, e da autorização da burguesia e das forças armadas. É diante deste resumido quadro que a análise dos manifestos e da intervenção do PSTU nas eleições deve ser feita.

A oscilação dentro dos manifestos se expressa na afirmação de que eleição não resolve nada, para em seguida defender abstratamente um “governo socialista dos trabalhadores”. Através da fórmula dos “conselhos populares” se propõem concretamente a administrar o capitalismo em crise, com a eleição de vereadores e prefeitos. Para se diferenciar dos reformistas, que dizem abertamente que vão gerenciar melhor o Estado, utilizando seus próprios instrumentos (parlamento, judiciário, etc.) em favor do “povo”, o PSTU esquerdiza o reformismo, dizendo que “A Câmara deve se submeter aos Comitês Populares. Todo político deve ter mandato revogável, e nenhum político deveria ganhar mais do que um operário ou uma professora”. É bom lembrar neste ponto de suas formulações a desastrosa experiência de sua parlamentar, a professora Amanda, no Rio Grande do Norte. Rapidamente, se adaptou às benesses do legislativo. Ocorre que o resultado concreto de sua política oportunista não importa, fica para trás como se fosse um mero transtorno passageiro.

O traço esquerdizante expõe o fundo oportunista, ao pretender na fórmula que procura manter o instrumento burguês, a Câmara, esvaziando completamente sua função, ao colocá-la submissa aos comitês. Essa formulação não é nova no marxismo, o reformismo há muito pretendeu combinar as instituições da democracia burguesa com os organismos criados pelas massas. Lenin travou uma dura batalha contra a posição de Kautsky, que atacava a ditadura do proletariado e defendia a fusão dos soviets com a Assembleia Constituinte. A confusão entre as tarefas dos revolucionários diante do Estado burguês e as tarefas a serem implantadas no Estado proletário é pa-



tente. A limitação dos salários dos funcionários do Estado é elaborada por Marx, Engels, e depois finalizada por Lênin, no *O Estado e a Revolução*, como tarefa a ser aplicada para definir o Estado operário, não como medida transitória para atingir este Estado. É ilusória a proposição eleitoral de implantar medidas democráticas no seio do Estado burguês. Não por acaso, o PSTU se alimenta de ilusões democráticas, uma vez que não constituiu um programa assentado na revolução e ditadura proletárias.

Sobre isso, o manifesto aponta “*Não será com eleições que iremos mudar, pra valer, a cidade ou o país, e construir uma nova sociedade. Isto só será possível com a luta unificada dos trabalhadores. Mas, eleger revolucionários do PSTU fortalece a luta dos trabalhadores e por um projeto socialista*”. Novamente a oscilação entre dizer que eleições não mudam nada, acrescentando um “pra valer”, o que significa que aceita alguma possível mudança para “construir uma nova sociedade”, mas vai além e afirma que a eleição de seus candidatos fortalece a luta dos trabalhadores, sem mostrar como, e retorna à panacéia do “projeto socialista”, uma elaboração tipicamente socialdemocrata. O PSTU assume tacitamente a possibilidade da transformação do Estado burguês em Estado socialista pela eleição de “revolucionários”, uma elaboração antimarxista. Ainda cabe perguntarmos, qual o “projeto socialista”? Como se chegará até ele? Quais classes vão encabeçar esse projeto? Quais classes serão combatidas e suprimidas? No manifesto da juventude, sem explicar absolutamente nada, apresenta um “projeto de revolução para os jovens e trabalhadores”.

O manifesto da juventude, sob o título “Rebeldia contra o sistema, com candidaturas revolucionárias e socialistas”, traz elementos ainda mais bizarros, mas nos deteremos em apenas alguns, como a ideia de que “*O único voto que não se submete ao sistema é o voto nos socialistas e revolucionários. Ganhar voto para essas candidaturas é enfrentar o sistema. O que está provado pela história, portanto, é que isto é necessário para defendermos os direitos dos trabalhadores e jovens*”. Existem aí duas falsificações. A primeira é que o voto (nas instâncias executivas e legislativas do Estado burguês) é uma forma de “enfrentar o sistema” e a segunda, vinculada com a primeira, está na necessidade do voto para defender direitos. Isso está de pleno acordo com sua atuação durante a pandemia onde, junto com os demais partidos, o PSTU recolheu suas bandeiras, e se refugiou no mundo virtual, concordando inclusive com o cancelamento do dia nacional de lutas, em 18 de março, e com o 1º de maio virtual, além da aplicação das assembleias online. Entendemos que a forma de combater a retirada de direitos está na ação direta e coletiva dos trabalhadores, no chão da luta de classes, pelas mobilizações massivas, greves, piquetes, etc., organizados desde a base nos comitês. A tática de intervenção nas eleições está determinada pelos métodos revolucionários e por objetivos claros oriundos da necessidade da revolução proletária. Somente quem se re-

fugiu no mundo virtual pode afirmar que o voto é a forma de defender direitos.

E continuam “*Nós queremos sim seu voto, porque, se eleitos, faríamos um governo em favor das propostas socialistas e dessa ruptura com o capitalismo. Portanto, cada voto num programa revolucionário é um golpe na burguesia e uma demonstração de insubordinação às regras desse jogo podre*”. Reforçando a vontade de gerenciar o Estado capitalista e novamente falsificando a ideia de que é possível combater a burguesia pelas eleições, bastando eleger candidatos socialistas do PSTU. Esta posição anti-marxista pode também ser encontrada em outra passagem: “*Se os socialistas de verdade fossem eleitos, além de implementar todo tipo de reformas, estas estariam a serviço de mudar o sistema*”. Primeiro, o PSTU afirma que por meio de eleições não se transforma nada. Em seguida, exorta os explorados e a juventude oprimida a votar em seus candidatos, que fariam o milagre das transformações.

Conclui o manifesto denunciando corretamente o desemprego como um problema fundamental na atual conjuntura, mas a resposta passa longe e podemos apenas sentir a sombra do Programa de Transição na frase: “*A quantidade de trabalho necessário na sociedade para produzir as coisas poderia ser repartida igualmente entre todos, por exemplo. Assim garantindo emprego e salário dignos para todos e atenuando a desigualdade*”, sem associar com a escala móvel dos salários e a defesa do salário mínimo vital, a afirmação fica no ar. E sobre a pandemia repete a fórmula falida de “quarentena geral”, indo contra qualquer base material para realizá-la, demonstrando novamente que não foi capaz de compreender a diferença entre o isolamento social como

método científico e a política burguesa do isolamento social, aplicada pelo poder econômico contra a classe operária e os demais explorados. A bandeira de quarentena geral é mais uma panaceia do centrismo.

São vários os aspectos que revelam a posição do centrismo nas eleições. A tentativa de ocultar o oportunismo eleitoral com algumas frases esquerdistas só faz disfarçar o revisionismo antimarxista. O fundamental de suas formulações se manifesta na correta negação do ilusionismo burguês e pequeno-burguês de que por meio de eleições poderão ocorrer transformações socialistas, e na falsa defesa de suas candidaturas como a via das transformações.

***São vários os aspectos que revelam a posição do centrismo nas eleições. A tentativa de ocultar o oportunismo eleitoral com algumas frases esquerdistas só faz disfarçar o revisionismo antimarxista. O fundamental de suas formulações se manifesta na correta negação do ilusionismo burguês e pequeno-burguês de que por meio de eleições poderão ocorrer transformações socialistas, e na falsa defesa de suas candidaturas como a via das transformações.***

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

**AS ESQUERDAS NO BRASIL**

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

## Rio Grande do Norte

### São Gonçalo do Amarante, acentuam as disputas interbuguesas

São três candidatas a prefeito da cidade. O prefeito atual, Paulo Emídio (PROS), que está coligado com o PT, MDB, DEM, PMN e PL, é a continuidade de 12 anos de mandato da família Maia, que tem Zenaide Maia como senadora, João Maia como deputado federal, e o ex-prefeito Jaime Calado como atual Secretário de Desenvolvimento Econômico do governo Fátima/PT. A família vem do interior do estado, onde consolidou seu capital político e o expandiu.

O candidato Poti Cavalcanti Neto (PSB), coligado com o PSC e Solidariedade, expressa a oligarquia da família Cavalcanti na região, embora também não resida na cidade. O grupo tenta recuperar a cidade, que já foi administrada pelo avô e tio (Cavalcanti). O candidato foi até vice-prefeito do ex-prefeito Jaime Calado. Foi o chamado acordão, em que o tio foi ser presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN), e deixou seu sobrinho como sucessor na região.

Por último, existe a inexpressiva candidata do PSL, Andrea Costa. Assim, a disputa se dá, basicamente, entre os Maia e os Cavalcanti.

Os Cavalcanti eram filiados ao MDB (partido que deu origem à carreira política da família), mas o presidente estadual Walter Alves, filho de Garibaldi Alves Filho, passou a presidência municipal do partido para o vereador Geraldo Verissimo, que até pouco antes era do PCdoB, para não permitir que o Poti Neto saísse candidato. Então, este teve de procurar um outro partido, pois, foi

rejeitado pela oligarquia potiguar dos Alves.

O PODEMOS, partido do senador Styvenson, teve suspensas as candidaturas em virtude de uma denúncia do presidente local, de que a chapa era laranja, e que estava recebendo ajuda financeira do ex-prefeito Jaime Calado (PROS). O senador Styvenson, quando tomou conhecimento da crise, suspendeu todas as candidaturas na região. O PODEMOS e seus ex-candidatos ainda não se definiram por nenhuma candidatura. No entanto, o presidente do PODEMOS e parte de sua base estão pela candidatura do Poti Neto (PSB).

Na região, há muita ilusão das massas nas eleições. Não há nenhuma candidatura de partido de esquerda. O PT caiu nos braços da direita, e de lá nunca mais quis sair. Só existia como esquerda reformista quando estava na direção do SINTE, onde dirigia em aliança com o PCdoB. Quando apoiaram a candidatura do ex-prefeito Jaime Calado e assumiram a Secretaria de Educação (PT e PCdoB), esqueceu seu passado de sindicalista. Assumindo claramente a política burguesa, apesar da repressão contra os trabalhadores em educação.

Diante da podridão da política burguesa e a ausência de uma candidatura que expresse um programa proletário, o POR chama os explorados a votarem nulo em defesa dos métodos próprios da classe operária (ação direita) e à construção do partido revolucionário.

## Rondônia

### Eleições marcadas pela religião e pela polícia

A cada dois anos, armam-se os circos eleitorais. Em Porto Velho, as disputas atingiram um ponto jamais visto em eleições municipais. São 16 candidaturas, dos mais diversos partidos, à prefeitura. O que a coloca entre as três capitais com maior número de candidatos, igualando-se a Curitiba, e se aproximando de São Paulo, que tem 14. O circo eleitoral foi erguido, e traz consigo as mesmas promessas sobre saúde, educação, moradia e saneamento básico, etc., com o objetivo único de arrastar as massas para o campo das disputas eleitorais.

Chama a atenção, a grande quantidade de candidaturas vinculadas aos militares e evangélicos. Dentre elas, está o Solidariedade, coligado com o PV, em que o candidato é o coronel da polícia militar de reserva Ronaldo Flores, tendo como vice a pastora Sila. O PP, coligado com o PROS, tem como candidata a vereadora Cristiane Lopes, e o delegado Pedro Macedo como vice. O Avante, com candidatura própria, lançou o advogado e professor Breno Mendes, e como vice o pastor Jozinelio. O PSL tem como candidato o atual deputado estadual e militar Eyder Brasil, e seu vice é o Tenente Costa. O PRTB saiu com a candidatura de Ted Wilson, e o pastor Leonardo, na vice. O Republicano apresentou como candidato o ex-deputado federal e ex-prefeito de Candeias do Jamari, Lindomar Garçon, e como vice a cabo Milene Barreto. O PSO L, partido reformista, seguiu esse caminho. Lançou o comerciante Pimenta de Rondônia, tendo como vice o pastor Raimundo.

Os partidos reformistas e centristas apresentaram candidaturas burguesas, contrariando o discurso de que são candidaturas comprometidas com os interesses dos explorados, a exemplo do

PSTU, com a candidatura do microempreendedor, Geneci Gonçalves.

Lamentavelmente, as direções sindicais são porta-vozes desse circo eleitoral. Ao invés de organizarem os trabalhadores e a juventude para lutar por emprego, salário, direitos e saúde pública, se embrenharam nessas disputas. Durante meio ano de pandemia e profundos ataques dos governantes aos explorados, se submeteram à política burguesa do isolamento social, e ficaram passivos. Quando se aproximaram as eleições, esses burocratas passaram a fazer assembleias virtuais, visando a alimentar mais ilusões na farsa eleitoral. A colaboração das direções é uma trava no sentido de elevar a consciência de classe dos explorados e, portanto, um obstáculo, na potenciação da força vigorosa da classe operária e demais explorados contra a burguesia.

O caráter embrionário do partido revolucionário na região, capaz de levar a cabo a política do proletariado, dificulta a luta contra os demagogos eleitorais, que usam os recursos para arregimentar as massas em torno a um de seus algozes. No entanto, essa condição embrionária não impede o POR de intervir no processo eleitoral. A defesa do Voto Nulo e pela construção do partido revolucionário não se dá de forma passiva. Ao contrário, se concretiza na defesa das reivindicações mais sentidas dos explorados (emprego, salário, direitos e saúde pública), no combate aos ataques dos governantes e da burguesia à maioria oprimida, na defesa dos métodos próprios da classe operária (greves, ocupações, bloqueios), e na luta pela derrubada do regime de exploração do trabalho (o capitalismo), e defesa do socialismo.

## Boletim Nossa Classe - Rio Grande do Norte

O Boletim Nossa Classe, de outubro, traz como política operária “Emprego não se negocia, defende-se com luta”. Diz: “*Companheiro, em toda a parte, vêm ocorrendo demissões em massa. Será que a classe operária é incapaz de lutar pelos empregos? Ou são as direções sindicais as responsáveis pela falta de luta? O Boletim Nossa Classe entende que a responsabilidade cai inteiramente sobre as direções sindicais. Pelos seguintes motivos: 1) não organizam a luta contra as demissões; 2) colaboram com o patrão, para impor o PDV; 3) dividem os operários; 4) eliminam a democracia das assembleias; 5) combatem a formação de oposições, com a perseguição política e a violência*”. E chama os trabalhadores a

se colocarem pela defesa dos empregos e dos salários, exigindo que as direções convoquem as assembleias presenciais, e organizem a luta direta contra o patronato.

O Boletim Nossa Classe denuncia o plano da governadora do PT, Fátima Bezerra, intitulado “RN Cresce +”. Chama os trabalhadores a não confiarem nesse plano, porque o único beneficiado será o patrão, que terá redução de ICMS, e poderá continuar demitindo e contratando com salários mais baixos e sem direitos. Apresentou uma plataforma de reivindicações de defesa dos empregos, salários e das condições de existência da maioria explorada.

O partido, além de assinar a moção contra as perseguições políticas aos petroleiros, a divulgou. Abaixo reproduzimos:

### Moção de repúdio às perseguições na Petrobrás!

A atual gestão da Petrobrás está num processo de “caça às bruxas”. Dezenas de punições e perseguições estão ocorrendo, nas distintas unidades da empresa.

Os diretores do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais, Leonardo Auim e Gustavo Helmold, foram punidos com suspensão de 25 dias e 17 dias, respectivamente.

Essa punição tem como objetivo quebrar qualquer resistência contra a venda de qualquer uma das refinarias espalhadas pelo país. E não é a primeira vez que a empresa tenta punir Leonardo.

Na greve de 2018, houve a tentativa de suspensão de 5 dias, por se recusar a trabalhar mais de 16 horas, o que colocaria em risco a saúde, sua integridade física e dos demais trabalhadores do setor. A punição foi cancelada na Justiça do Trabalho.

Leonardo era membro da CIPA, eleito pelos trabalhadores. Também é diretor do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais, e um dos ativistas mais reconhecidos pela base da categoria.

Gustavo Helmold também é uma importante liderança em defesa dos direitos dos petroleiros e petroleiras, atuando para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores, bem como na defesa do sistema Petrobrás.

A acusação se resume à “não cola-

boração com processo de investigação”. Isso se deu apenas por ter se recusado a entregar um suposto e-mail pessoal, por entender que a Ata da CIPA é o documento oficial na empresa, e por ter exigido que sua fala fosse gravada, ou na presença de uma testemunha, durante o interrogatório.

Assim, buscam retirar o direito de organização e fiscalização dos trabalhadores dentro da empresa.

A direção da empresa e o governo Bolsonaro querem entregar toda a alta, rica e lucrativa produção da Petrobrás. Para isso não aceitam nenhum tipo de resistência por parte de trabalhadores, insistem nas punições, e na falta de informações aos brasileiros sobre as privatizações.

Nós do movimento sindical e popular de conjunto, nos unimos contra as privatizações, e repudiamos as perseguições e punições impostas pela Petrobrás!

***A luta não vai parar por aqui! Estamos unidos na defesa intransigente dessas lideranças contra qualquer perseguição ou punição!***

***Contra a privatização da Petrobrás! Petrobrás Fica!***

***Por uma atuação independente nas CIPAs!***

## São Paulo Nossa Classe

Nessa segunda quinzena de outubro, a militância, que divulga o Boletim Nossa Classe, esteve nas portas de fábricas com a campanha em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública. Uma parcela de operários relutou em pegar o boletim, porque pensou que se tratava de campanha eleitoral. Bastou a explicação da militância porista, para que rapidamente fosse compreendido que era o boletim de luta dos explorados. Os porta-vozes da burocracia sindical, na Mercedes, tentaram arrancar o Boletim das mãos da militância. Como não conseguiram, se limitaram a gritar improperios. O fundamental é que uma parte dos operários se mostrou receptiva e descontente com a direção do sindicato, que fez os acordos de redução salarial e suspensão de contratos. Alguns operários aproveitaram para denunciar que as demissões continuavam.

Fez parte da campanha do boletim Nossa Classe a colagem de cartazes em defesa do Voto Nulo, e a construção do partido revolucionário.

***Fim de todas as punições e perseguições aos que lutam!***

***Cancelamento imediato na Petrobrás de todas as punições políticas!***

***Não recuaremos na luta!***



## Corrente Proletária na Educação

Os Boletins da Corrente Proletária da Educação denunciaram o PL 529, do governo Doria, mostrando seu conteúdo privatista, de demissão e de fim da estabilidade dos servidores públicos. E exigiu que as direções do funcionalismo convocassem assembleias e atos presenciais, objetivando a luta para pôr abai-

xo mais esse projeto de lei. No entanto, as direções sindicais se limitaram às denúncias, e à chamada “pressão parlamentar”. O resultado foi a aprovação do PL 529.

A Corrente Proletária também divulgou sua posição em relação à farsa da “greve sanitária”. Criticou as direções

sindicais, que estão realizando as assembleias virtuais, por decretar a “greve sanitária”, como resposta ao retorno às aulas. Mostrou que se trata de um “boicote”, que depende de cada professor. Portanto, nada tem a ver com uma decisão coletiva por meio das assembleias virtuais.

### Afuse

Nesse mês de outubro, a Corrente Proletária dos funcionários de escola divulgou dois boletins. O primeiro, denuncia a fraude eleitoral armada pela burocracia sindical. Diz: “No dia 14 de outubro, em poucas horas, a diretoria da Afuse convocou e realizou uma assembleia virtual. Qual era o objetivo? Aprovar a extensão do mandato da diretoria e dos conselheiros estaduais e regionais”. Assim, a burocracia “estende os mandatos via on-line, justamente no mês que todos os funcionários da educação foram convocados para o trabalho em seus horários normais, tendo de provar por meio de atestados médicos que não estão aptos. Portanto, era possível convocar uma assembleia presencial para discutir as eleições no sindicato”. O Boletim conclui: “A Corrente Proletária rejeita as assembleias e eleições virtuais. Chama os funcionários a rejeitarem mais essa fraude armada pela diretoria. E a se somarem nessa luta por constituir uma oposição classista, verdadeiramente ligada aos interesses dos explorados, e assentada na democracia sindical”.

O segundo, que foi distribuído no ato do dia 22, traz a posição do POR diante da decisão do governador de retorno ao trabalho, fez a defesa da Assembleia geral presencial, “que tenha como objetivo organizar e aprovar as reivindicações que unificam os funcionários efetivos e os trabalhadores terceirizados das escolas. Uma assembleia que unifique os professores, funcionários, estudantes e pais em defesa da educação pública e contra todas as medidas privatizantes tomadas, principalmente, durante a pandemia, entre elas o teletrabalho e o ensino a distância”. Conclui di-



zendo: “Os problemas são graves e as decisões devem ser coletiva e presenciais. Chega de passividade! Chega de decisões on-line! Retomemos nossos métodos de luta para enfrentar os governos e conquistar nossas reivindicações”.

No ato, o POR exigiu que a diretoria abrisse para a intervenção dos funcionários. No entanto, os burocratas abriram o microfone apenas para o POR, que aproveitou para enfatizar a defesa da convocação de uma assembleia massiva para responder aos ataques de Doria. Depois da fala, a direção enfatizou que se tratava de um ato e, por isso, não iria deliberar nada. E a tarefa principal “é votar certo”, referindo às eleições municipais. Como se vê, a direção do sindicato não fez e não fará nada contra a ofensiva dos governantes. Cabe à vanguarda, o trabalho junto aos funcionários para restabelecer a confiança em suas próprias forças.

### Boletim da Corrente Proletária - CPE Universidade

O Boletim tem como chamado geral “Retomar a luta nas ruas, barrar os ataques da burguesia e seus governos. Que as centrais convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta. Nenhuma confiança na via eleitoral!”. Mostra os ataques que Bolsonaro vem fazendo sobre o funcionalismo, entre eles o congelamento salarial por 18 meses. Denuncia a conduta das direções sindicais e estudantis, que continuam subordinadas à política burguesa do isolamento social, realizando ações virtuais inócuas e alimentando ilusões nas vias judiciais e parlamentares. E que, com o processo eleitoral, se voltaram unicamente para a propaganda de seus candidatos.

Conclui a política operária, assinalando: “A Corrente Proletária na Educação (POR) vem denunciando a paralisia da burocracia sindical. Sem a resistência coletiva e organizada dos trabalhadores, os governos seguirão nos atacando. Daí a urgência de retomar a luta nas

ruas, com a convocação imediata das assembleias presenciais, para que os trabalhadores possam deliberar sobre os métodos e as reivindicações que unificam a maioria nacional oprimida, no campo da independência de classe. Nada de desviar a luta para o terreno das eleições burguesas! Pela convocação de um verdadeiro Dia Nacional de Luta!”

O Boletim, também, critica a posição da direção do Andes-SN que aprovou no 9º CONAD, que ocorreu de forma virtual, as eleições “telepresenciais”, para a próxima diretoria. Chama os professores a se “absterem de votar ou a votarem nulo contra as eleições virtuais, e chama para que a organização da luta ocorra ainda este ano, considerando o quadro de ataques já sofridos e os que ainda estão no horizonte. É preciso construir uma oposição revolucionária no interior do ANDES-SN, que não capitule nas circunstâncias mais difíceis, como estas que se apresentam, e que se mantenha firme nos princípios da independência de classe, com seus métodos e política próprios”.

## Boletim da Corrente Proletária Estudantil – USP

O boletim denuncia a direção do DCE (PT/PCdoB), que organizou uma mesa virtual com a presença do reitor Vahan Agopyan e com a deputada estadual petista Maria Izabel Noronha (Bebel – presidente da Apeoesp), para discutir o PL529 e seus impactos na universidade.

Diz o boletim: “A atual direção do DCE, porém, declara abertamente que o reitor é um “aliado”, somente pelo fato de estar circunstancialmente em oposição ao governo em alguns pontos particulares. Além disso, opõe-se sistematicamente ao emprego, por parte dos estudantes, dos métodos de organização e luta próprios da classe operária e que garantem in-

dependência de classe.” [...]

“Convidar o reitor para um debate do movimento estudantil é montar um palanque para o principal executor de medidas que atacam as condições de ensino e pesquisa da universidade. É romper com a barreira que existe entre opressor e oprimido, como se todos fossem iguais.” [...]

Também “chama a atenção por seu caráter corporativista, na medida em que restringe ao âmbito da universidade a discussão de um ataque tão amplo, promovido pelo governo Dória a vários setores públicos (transportes, saúde, educação, meio ambiente etc.), e que ameaça cerca de 5.600 empregos.”

E conclui: “Para que o movimento estudantil da USP e a juventude se coloquem no campo concreto da luta por empregos, salários e educação pública, combatendo o avanço do privatismo e precarização da universidade – sejam estes promovidos pela burocracia universitária ou pelo governo, como no caso do PL 529/2020 – é necessário ter independência de classe frente aos opressores. Isso só poderá ser feito empregando os métodos de organização e luta próprios da classe operária, constituindo as assembleias presenciais e atuando pela ação direta. A substituição da atual direção por uma direção revolucionária é parte do cumprimento dessa tarefa.”

## Pernambuco

# Plenária presencial de frente única de luta

No dia 14 de outubro, foi realizada, na quadra do sindicato dos rodoviários, uma plenária convocada pela Corrente Proletária na Educação (CPE/POR), Manguê Vermelho (Nova Democracia), FOB (anarquistas) e Movimento PPGE na Luta da pós-graduação em Educação, da UFPE. O chamado foi feito, destacando a necessidade de retomar os atos presenciais, para que os ataques aos empregos, salários e direitos sejam respondidos com os métodos de ação direta coletiva. A unidade dos grupos está se dando em torno da necessidade de lutar, a partir das reivindicações mais sentidas das massas e contra o Ensino Remoto (EaD), e todas formas de privatização da Educação. A CPE propôs um texto base que serviu para um debate inicial em grupos e plenária. Ao final, o texto foi aprovado com adendos dos pre-

sentes. Foram dados os informes sobre as campanhas e lutas de cada organização. A CPE expôs suas campanhas pela reintegração de todos os rodoviários demitidos, contra o fechamento da Kibon, e contra o EaD na UFPE. Debates também as movimentações da burocracia universitária na UFPE para se adaptar aos cortes de orçamento, com o prolongamento do EaD, e estímulo à captação de recursos junto às empresas, uma das modalidades privatistas afinadas com o Future-se. Uma nova plenária foi marcada para o dia 28 de outubro. A expectativa é ter uma fração classista nos movimentos para que consigamos ter a força social para romper a passividade e eleitoralismo das direções das centrais, sindicatos e entidades estudantis. Reproduzimos abaixo o texto aprovado.

## Em defesa do emprego para todos

### Capitalismo e desemprego

O desemprego é parte inerente da sociedade capitalista, foram raros os momentos e locais em que foi possível garantir o pleno emprego. O exemplo da Europa após 1945 só foi possível pela ampla destruição de forças produtivas, ocasionadas pela crise e guerra. O exército de desempregados é utilizado pelo capital para rebaixar o valor dos salários por meio da concorrência entre trabalhadores.

### Crise e destruição de forças produtivas

As contradições do capitalismo fazem com que seja inevitável que, de tempos em tempos, o mundo se veja convulsionado em crises. A particularidade das crises capitalistas é que não são causadas por escassez de alimentos, produtos ou forças produtivas, mas sim por excesso. A lei da acumulação capitalista faz com que a riqueza produzida socialmente seja apropriada de forma privada. Assim, enquanto a riqueza fica concentrada, a miséria se alastra.

A resposta capitalista às crises é a destruição de forças produtivas. Isso se dá por meios econômicos, com fechamento ou subutilização de fábricas, força de trabalho, mas também por meios ainda mais violentos, como as guerras em que fábricas, escolas, hospitais e pessoas são bombardeados. Sob a devastação, abre-se a possibilidade de uma nova fase de crescimento até que seja interrompida por outra crise.

### Fase imperialista e contrarreformas

Há uma divisão internacional do trabalho entre países imperialistas e países coloniais ou semicoloniais. Em um país como o Brasil, os trabalhadores são explorados pelas classes dominantes locais, mas também pela dos países imperialistas. Assim, sofrem de forma mais violenta a exploração capitalista. Nos momentos de crise, a pressão de cima é para descarregar o peso da crise todo nos ombros dos explorados. Intensificam-se as contrarreformas, que destroem antigas conquistas sociais. As mais recentes, no Brasil, são a lei da terceirização, Reforma

trabalhista e Reforma da Previdência. Os governos mentem, ao dizer que estas medidas gerarão empregos. Na realidade, com a reforma trabalhista, quebrou-se, por exemplo, a conquista do limite da jornada de 8 horas por dia. Quem tem emprego formal é sugado o máximo possível, e o restante da classe amarga com o desemprego, informalidade e subemprego.

No campo, a destruição de direitos (mais estreitos do que os garantidos aos assalariados das cidades) torna insuportável a condição do proletariado rural e do semiproletariado. O papel do país, na divisão internacional do trabalho, como exportador de matérias primas, reforça o latifúndio e leva à expansão das fronteiras agrícolas à custa da violenta expropriação de camponeses pobres, povos originários, quilombolas e ribeirinhos. A resposta aos problemas do campo e da cidade é parte da tarefa de erguer uma luta anti-imperialista.

---

***De março a agosto, porém, o saldo total é de 46.027 empregos destruídos. Isso é um verdadeiro massacre para os trabalhadores. Porém, as respostas foram isoladas, fragmentadas. Faltou uma unificação por parte das centrais sindicais e movimentos sociais. Suas direções se subordinaram à política burguesa do isolamento social que, em nome de uma unidade nacional contra o vírus (de patrões e trabalhadores), deixou os trabalhadores à mercê dos planos dos capitalistas.***

---

## Pandemia e desemprego

O Brasil ainda está sofrendo os efeitos da crise econômica mundial de 2008, que fez o país mergulhar em uma recessão, em 2015-2016, e estagnação nos anos seguintes. O ano de 2020 se iniciava com um novo agravamento da crise, mas a pandemia fez com que isso fosse ainda mais acentuado. Aliás, é errado atribuir essa causa à *pandemia*, o mais preciso é responsabilizar a *resposta capitalista à pandemia*. As ações do Estado se deram no sentido de proteger os lucros, e desproteger a força de trabalho. Este foi o sentido da MP 936 e outras medidas.

Dados da PNAD COVID19 (IBGE), referentes à segunda semana de setembro de 2020, indicam que há no Brasil 13,5 milhões de desocupados, uma taxa de 14,1%. A população fora da força de trabalho (que não estava trabalhando nem procurava por trabalho) era de 74,6 milhões de pessoas. Destes, 26 milhões dizem que querem um emprego, dos quais 16,3 milhões justificaram não procurar trabalho por conta da pandemia, ou por não haver emprego na localidade em que moram.

Dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), que mede o saldo das admissões e demissões, indicam que, no Brasil, somente em abril, foram destruídos 934.380 empregos. O saldo de março a agosto é de 1.191.570 empregos formais destruídos.

Em Pernambuco, em março, foram destruídos 28.288 postos de trabalho formais; em abril, 27.422; em maio, 7.880; em junho, 3.668. A partir de julho, o saldo passou a ser positivo, com a criação de 5.517 postos de trabalho e, em agosto, 12.714. De março a agosto, porém, o saldo total é de 46.027 empregos

## Pernambuco

destruídos. Isso é um verdadeiro massacre para os trabalhadores. Porém, as respostas foram isoladas, fragmentadas. Faltou uma unificação por parte das centrais sindicais e movimentos sociais. Suas direções se subordinaram à política burguesa do isolamento social que, em nome de uma unidade nacional contra o vírus (de patrões e trabalhadores), deixou os trabalhadores à mercê dos planos dos capitalistas. Foram os patrões que decidiram, conforme o objetivo de preservar os lucros, quem se expunha ao trabalho e quem ficava em casa, sem emprego ou com salários cortados. Faltou aos explorados o chamado a manterem a independência de classe, organizarem comitês e assembleias para aprovar suas reivindicações e métodos de luta.

## Falsas explicações

Formula-se, nas academias, e as burocracias sindicais repetem, que o desemprego é inevitável. Trata-se da consequência da aplicação da tecnologia. Anunciam uma nova era, com a chamada Indústria 4.0, em que a inteligência artificial será largamente aplicada à produção, eliminando mais empregos. Ao naturalizar o desemprego, as burocracias convencem os trabalhadores que o máximo a ser feito é negociar as demissões. No momento em que estamos reunidos, dezenas de milhares de postos de trabalho estão sendo destruídos, nas montadoras do ABC paulista, em Camaçari (BA), e outros lugares do país. Na Renault de São José dos Pinhais (PR), sob a pandemia, houve uma greve de um mês de duração. As burocracias sindicais, porém, não desenvolvem a tendência de luta operária. Apesar disso, os trabalhadores sabem que nenhuma indenização substitui um posto de trabalho. Na Embraer, por exemplo, foram negociadas 2.500 demissões “voluntárias”, os PDVs, mas 900 operários listados se recusam a aceitar o acordo. Na Região metropolitana do Recife, também estamos sofrendo com o fechamento de postos de trabalho e de fábricas inteiras. Em março, 3 mil rodoviários foram demitidos de uma vez. A Kibon, que emprega 600 trabalhadores, anunciou que fechará sua fábrica. Está colocada na ordem do dia a luta em defesa dos empregos, contra o fechamento da fábrica.

## Juventude e trabalho

A juventude sofre mais intensamente com o desemprego, a rotatividade e a precariedade. Entre os jovens de 18 a 24 anos, a taxa de desemprego é maior do que o dobro da taxa geral, alcança 30%. A informalidade é a regra entre os jovens. Conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a idade média do primeiro emprego com carteira assinada, no Brasil, variou, de 2006 a 2017, de 25 a 28,6 anos.

Afirmando se preocupar com a situação, o governo criou o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP 905), que isenta o patrão do pagamento do INSS, e reduz a multa em casos de demissão sem justa causa. A medida vigorou por 111 dias, de 1 de janeiro a 20 de abril de 2020, mas não foi convertida em lei.

A condição laboral dos jovens afeta sua condição atual, mas também futura. Com a Reforma da Previdência, é praticamente impossível alcançar o tempo de contribuição necessário para se aposentar antes de morrer. Negros, mulheres, homossexuais e transexuais ainda arcam com o peso das discriminações.

Quando falamos de destruição de forças produtivas, um retrato disso é o número de jovens que não estudam, nem tra-



balham. A Síntese de Indicadores Sociais de 2019, indicava que eram 11 milhões de brasileiros que não estudam, nem trabalham; 23% da população entre 15 e 29 anos. Com a pandemia, a aplicação do ensino remoto, aumento da evasão e desemprego em massa, certamente este número se agravou. A condição é ainda mais acentuada entre meninas e mulheres jovens que, desde cedo, são acorrentadas à escravidão das tarefas domésticas.

A mutilação da juventude também é retratada pelo encarceramento em massa e pelo extermínio da juventude, sobretudo negra. Outra face dessa moeda se vê nos retrocessos na educação, até mesmo com fechamento de escolas. O capitalismo em decomposição não precisa incorporar todos os jovens à produção social. Assim, para quê gastar com educação para eles? Basta a formação para uma parcela.

O fato é que, se a marcha para a barbárie social prosseguir, o que será destinado à juventude é a mutilação de suas capacidades, a precariedade, servidão dos aplicativos, e até mesmo a morte violenta e precoce. Somente uma pequena camada da juventude universitária poderá ser incorporada aos serviços públicos, atualmente sob a ameaça da contrarreforma administrativa; uma parcela será inserida na produção, sendo mais intensamente explorada, diante da desproteção viabilizada pelas “flexibilizações” e contrarreformas.

### Resposta classista

Já passa da hora das centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais convocarem uma campanha nacional em defesa do emprego para todos. O movimento operário, em suas lutas passadas, formulou respostas classistas ao desemprego. Partem do princípio de que o mínimo que o capitalismo deveria oferecer é o direito ao trabalho, o direito a ser explorado. Que não devemos aceitar os critérios da burguesia e seu Estado para dizer o que é possível ou não. É preciso partir da necessidade da maioria oprimida e defender EMPREGO A TODOS, com a divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar. A redução das jornadas, sem redução dos salários.

***É preciso unificar empregados e desempregados. Em vez de concorrentes, precisamos nos unir em defesa dos interesses comuns de classe. Ao mesmo tempo em que lutamos contra a terceirização, é preciso defender os terceirizados, que tenham os mesmos salários e direitos que os contratados e efetivos. É também necessário lutar pela revogação de todas as contrarreformas sociais e educacionais, que ampliam a precarização do sistema público, e servem aos interesses da coesão burguesa, como a EC 95, a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista.***

É preciso preservar a vida da juventude, garantindo que possam combinar uma parte da jornada na escola e outra no trabalho, com jornadas compatíveis. Que, para trabalho igual, sejam destinados salários e direitos iguais. Basta de discriminações a jovens, mulheres, homossexuais e transexuais.

É preciso unificar empregados e desempregados. Em vez de concorrentes, precisamos nos unir em defesa dos interes-

ses comuns de classe. Ao mesmo tempo em que lutamos contra a terceirização, é preciso defender os terceirizados, que tenham os mesmos salários e direitos que os contratados e efetivos. É também necessário lutar pela revogação de todas as contrarreformas sociais e educacionais, que ampliam a precarização do sistema público, e servem aos interesses da coesão burguesa, como a EC 95, a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista.

Mais do que estabelecer as reivindicações, é preciso indicar os métodos necessários, as massas também criaram em suas lutas passadas várias formas de ação direta coletiva (greves, piquetes, marchas, bloqueios de rodovias e avenidas), definida por meio da democracia operária em comitês e assembleias.

O caminho da barbárie social não é inevitável, há uma força social coletiva capaz de frear e por fim ao modo de produção capitalista. Trata-se da classe operária, por seu lugar na produção, e capacidade de parar a produção de riquezas. A revolução, porém, é feita pela maioria nacional composta de camponeses, indígenas, pequenos comerciantes, estudantes, com toda diversidade humana existente.

*Texto Aprovado na plenária de 14 de outubro de 2020, do Comitê Classista de Lutas*

*Corrente Proletária na Educação, Movimento PPGE na Luta, Mangue Vermelho e FOB - Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias*

**Publicado o livro:**

## REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

**As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social.** As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



# Diante da destruição de 94 mil postos de trabalho

*Qual deve ser nossa tarefa?*

Dados do Dieese indicam que, entre janeiro de 2011 e agosto de 2020, a região do ABC fechou 94 mil postos de trabalho, no setor produtivo. Em 2000, 37% dos empregos na região eram industriais. Hoje, são apenas 24%. Ainda pior, nesses meses de pandemia, o ABC perdeu mais de 30 mil postos de trabalho.

A burocracia sindical, por meio de Aroaldo Oliveira Silva, limitou-se a constatar que o processo de industrialização brasileiro tem forte impacto no ABC. E, como burocrata conciliador, diz que o sindicato vem buscando alternativas, junto aos governos e empresários. Citou, como exemplo, “atração de novos investimentos”, e retomada do debate sobre “A Agência de Desenvolvimento”, visando a “planejar o ABC”. Depois de colaborar com os capitalistas na aplicação de medidas de redução salarial e demissão, a exemplo dos PDVs, essa direção corrompida se propõe a “planejar o ABC”. Como se fosse possível planejar o ABC em favor dos trabalhadores. Quer que a classe operária acredite ser possível reformar o capitalismo, que se desintegra mundialmente.

O que a pesquisa indica é que, há muito tempo, vem ocorrendo a destruição de empregos no ABC. Com a crise econômica, agravada com a pandemia, o desemprego foi às alturas em todo o país, chegando a 14 milhões. Os empregos no ABC, assim, estão sendo cortados na carne. No entanto, a classe operária continua desarmada para enfrentá-lo. E a responsabilidade recai inteiramente sobre o sindicato, que é dirigido por uma burocracia petista, que está mergulhada até os ossos na política da conciliação de classes. Por essa via, os capitalistas continuam impondo sua saída diante da crise econômica, que é a da destruição de parte das forças produtivas, que atinge duramente a força de trabalho.

A classe operária tem dois grandes obstáculos: o patronato e seus governantes, de um lado, e, de outro, uma burocracia sindical colaboracionista. Portanto, a vanguarda tem pela frente a tarefa de eliminar essas travas, que impedem a luta coletiva do proletariado em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

## A MP 936 é um poço de desgraças

A Medida Provisória 936, além de cortar salários e suspender contratos, não impediu a onda de demissões, na indústria, comércio e serviços. Também não amenizou a flexibilização capitalista, durante a pandemia. São milhares de trabalhadores que estão em lay-off, e outros milhares que diariamente são pressionados a assinar o PDV.

A desgraça criada pelo governo Bolsonaro e aprovada pelo Congresso Nacional, que criou o denominado “Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda”, prorrogada por três vezes, vai mais longe. Os 10 milhões de trabalhadores impactados com a suspensão dos contratos e redução salarial perderam o direito ao 13º integral e férias, que estavam para vencer. Ou seja, o período que teve a suspensão do contrato não é contado para as férias. Portanto, terá de trabalhar mais tempo para completar os 12 meses. No caso de ter o contrato suspenso por seis meses, o valor do 13º cairá de acordo com a redução salarial.

Está aí por que somos obrigados a denunciar a conduta das direções sindicais, que permitiram que os capitalistas implantassem a MP 936, submetendo os trabalhadores à fraude das assembleias virtuais.

## Pernambuco

## Pelo direito irrestrito de greve e manifestação dos Rodoviários!

*Abaixo a ingerência pró-patronal do Judiciário*

Após o Sindicato dos Rodoviários (PSOL/Resistência) convocar atos de rua, com paralisação do trânsito, pela aprovação da Lei contra a Dupla Função (motorista/co-brador), em pauta na Câmara dos Vereadores, as empresas de ônibus entraram na justiça, e conseguiram uma liminar que proíbe qualquer ato de paralisação da categoria, sob ameaça de repressão policial, e multa de R\$30 mil reais a cada ato.

Os capitalistas do transporte reconhecem a força da ação direta dos rodoviários e usam todas as armas do seu Estado para impedir as greves e manifestações. E não faltam razões: milhares de demissões; redução de salário; horas de trabalho não pagas; e ainda o acúmulo do trabalho de motorista e cobrador. Diante das manifestações no centro da cidade, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), rapidamente, atendeu à solicitação da Urbana-PE (sindicato dos empresários), evidenciando mais uma vez que a Justiça burguesa está do lado do patrão.

No início da gestão atual (PSOL/Resistência), houve assembleias e paralisações nas garagens, contra as arbitrariedades dos capitalistas do transporte. A justiça, a mando dos capitalistas, rapidamente estabeleceu pesadas multas. Em vez de convocar assembleias das categorias pelas reivindicações econômicas e políticas, a direção passou a alimentar as ilusões na via jurídico-parlamentar. Com isso, vai sendo cada vez mais cercada pela justiça burguesa. Não houve o chamado à luta direta pelo sindicato contra as demissões massivas, mas sim o cultivo da passividade e espera pela via judicial. Após sete meses de vai-e-vem de jurídicos, algumas empresas estão readmitindo. Mas, os rodoviários reclamam do não pagamento dos meses parados, e de condições impostas para a readmissão (redução de direitos e salários).

Diante da ofensiva patronal, o Partido Operário Revolucionário, por meio do Boletim Nossa Classe, manifesta sua solidariedade com a categoria e direção do sindicato. Além de lutar pelos empregos e salários, é preciso que os trabalhadores lutem pelo direito a se organizarem. É urgente que a categoria rodoviária seja chamada para decidir, em assembleia, como enfrentar os ataques da justiça burguesa. É preciso um movimento geral das centrais e sindicatos para pôr abaixo toda a legislação antigreva.

# A política anarcossindicalista no início do século XX

Na formação da Comissão Operária, publicada no jornal *Massas*, havíamos estudado as greves e a formação dos organismos sindicais, no início do século XX. Nesse estudo, verificamos que se espalhavam, por diferentes partes do país, movimentos que erguiam as reivindicações da jornada de oito horas de trabalho, necessidade de um salário mínimo, melhores condições de trabalho, maior proteção ao trabalho da mulher, entre outras. Desses movimentos, foram criados os primeiros organismos sindicais, e organizados os primeiros congressos operários. É assim que a regulamentação da jornada de trabalho de oito horas, em 1932, pelo governo de Getúlio Vargas, foi resultado da luta da classe operária, ainda germinal, mas expressão do desenvolvimento da classe operária mundial.

No estudo seguinte, dedicamos atenção à direção desse movimento. Verificamos que, esse período foi marcado pela forte influência do anarcossindicalismo, uma corrente política defendida pelos imigrantes europeus, que começaram a fazer parte do proletariado brasileiro. Estima-se que, somente entre 1904 e 1913, tenham imigrado ao Brasil cerca de um milhão de europeus, boa parte foi para o campo, e outra se concentrou nas capitais que davam os primeiros passos na industrialização. A situação econômica desses operários era de profunda precariedade. A grande maioria chegava ao país em condições de miserabilidade. Sem recursos, se submetiam à superexploração da burguesia, que impunha baixíssimos salários e péssimas condições de trabalho. Agravava esse quadro, o profundo atraso econômico do Brasil, que acabara de abolir a escravidão, e um contingente de ex-escravos passava a compor a classe operária, juntamente com os imigrantes.

A precariedade das condições de trabalho e salário alimentou as posições anarcossindicalistas, na medida em que defendiam métodos radicais de enfrentamento à burguesia. Os primeiros sindicatos foram criados e o método grevista (ação direta) se potencializou, culminando com a greve geral de 1917. Em quase todas as grandes empresas da época, atuavam uniões operárias combati-

vas. Essa combatividade despertava no incipiente proletariado expectativas de transformação de sua miserável situação, por meio dos sindicatos e pela adoção dos métodos de ação direta.

Apesar da profunda radicalidade da corrente anarcossindicalista, chegando a defender a revolta armada, e, por isso, também era conhecida por Sindicalismo Revolucionário, o anarcossindicalismo foi uma vertente no movimento operário de caráter pequeno-burguês. Composto por artesãos europeus, que aspiravam abrir pequenas oficinas. Somente em 1912, foram abertas 25 mil pequenas empresas, que rapidamente vieram à falência. Essa massa de pequenos artesãos arruinados passou a se incorporar à classe operária, e atuar contra a burguesia.

A maior limitação do anarcossindicalismo foi seu rechaço à construção do partido. Essa posição impediu que os anarquistas reunissem a vanguarda combativa para além das reivindicações econômicas. Impediu compreender a realidade brasileira, o que significava se colocar pela construção do programa da revolução proletária. Que só poderia triunfar sob a direção do partido revolucionário.

É preciso ressaltar o papel dos anarquistas nas greves e manifestações do início do século passado e na construção dos organismos de resistência dos explorados, os sindicatos. Não por acaso, foram duramente reprimidos pelos governantes, que usaram o Estado para criar leis punitivas aos lutadores anarquistas, a exemplo da Lei Adolfo Gordo, de 1907, que estabelecia a expulsão de estrangeiros envolvidos em greves. Basta lembrar que, somente nesse ano, o governo brasileiro deportou 132 militantes anarcossindicalistas, número que chegou a 556, em 1921. Além das deportações, sofreram com as prisões e, inclusive, assassinatos, a exemplo da morte do anarquista espanhol José Martinez, na greve geral de 1917, em São Paulo.

A resposta dos anarquistas à brutal exploração do trabalho, na forma de organização independente, expressou a infância do proletariado. A luta de classes se afirmava como reflexo da contradição entre a burguesia e a classe operária.

## **Aprovado o PL privatista de Doria** **Que as direções sindicais convoquem** **as assembleias presenciais**

Foi aprovado o Projeto de Lei 529, do governo do PSDB, no dia 13 de outubro, por 48 votos a favor, e 37 contra. Originalmente, o projeto propunha, entre outras questões, a extinção de 10 fundações, empresas e autarquias estaduais, que atuam na área de Saúde, Habitação etc.; retirava cerca de R\$ 1 bilhão das unidades paulistas; elevava o valor das contribuições para o Iamspe (Hospital do Servidor Público Estadual), além de impor demissões, através do PDI (Programa de Demissão Incentivada), dirigida a servidores públicos celetistas.

Durante duas semanas, o presidente o Assembleia Legislativa (ALESP) marcou e desmarcou reuniões. Um verdadeiro circo foi armado. Na tribuna, discursaram os deputados opositores, e os que se colocaram circunstancialmente como de oposição. Constituiu-se uma “santa aliança” entre o PT, PCdoB, PSOL, PSL, Patriotas, Novo, PTB, Republicanos, PSB e PDT. Houve, portanto, uma

junção partidos, que iam da ultradireita e direita aos reformistas. Usando tinturas distintas de críticas ao governo Doria e ao Projeto de Lei, uns centraram no combate à política do isolamento social em São Paulo; outros, se vestiam de caridosos à causa dos pobres que dependem do remédio popular e do Oncocentro; e, outros lamentavam a privatização e a retirada de recursos das universidades. Os deputados do PSDB e aliados assistiram o desfile de opositores e de questões de ordem, que duraram várias sessões, à espera da obtenção dos 48 votos necessários para a aprovação.

Se, de um lado, havia um esforço para que a “santa aliança” não rompesse; de outro, Doria usou a máquina do estado para liberar recursos às emendas parlamentares e disponibilizar meios para trazer deputados, que há muito tempo não pisavam na Assembleia Legislativa. Da parte do governo, não houve nada de inusitado. Na política burguesa, a compra de votos no parlamen-



to é prática de todos os governantes. O que houve de inusitado foi agrupar os direitistas com os reformistas. Lembremos que, até ontem, os petistas e aliados os consideravam “inimigos do povo”, e inúmeros cartazes eram divulgados com o slogan “Se Votar, não volta”, etc. Esse é um exemplo de que, no terreno da burguesia (parlamento), vale tudo.

No entanto, a “santa aliança” sofreu um revés. A deputada Janaína Paschoal, PSL, que se colocava contra o PL, apresentou uma emenda aglutinativa ao projeto de Doria. E começou a coletar assinaturas de deputados. Rapidamente, os governistas aproveitaram para acatar a emenda da direitista Janaína. Eram o que precisavam para a obtenção dos 48 votos. Sem alterar a essência do PL 529, a deputada propôs retirar 4 instituições públicas – a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), a Fundação Oncocentro de São Paulo (FOSP), a Fundação para o Remédio Popular (FURP), e a Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN) – da lista de 10 que serão privatizadas. E que fosse retirado o corte de verbas das universidades e FAPESP.

Com o sinal verde vindo do Palácio dos Bandeirantes, e com o número de votos suficientes, o presidente da ALESP colocou o PL em votação. Não houve surpresa, nem as corriqueiras gritarias de “Vitória”. Um dos deputados do PT aproveitou a tribuna, para dizer “Mais uma vez você caiu nos braços de Doria”, referindo-se à aliada bolsonarista, Janaína, que pulou de barco.

O fundamental está em que o PL de Doria determina: a extinção da EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de SP), CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), Fundação Parque Zoológico e do Daesp (Departamento Aeroviário de SP); alteração do ICMS, que afetará itens da cesta básica e de remédios; demissão (PDI) dos servidores celetistas; e o aumento das alíquotas de contribuição do Iamspe (Hospital do Servidor Público), taxando os dependentes dos servidores, que hoje são isentos, com uma variação de 0,5% até 3%, por pessoa.

## Não à farsa da “greve sanitária”!

*Organizar o movimento de defesa da educação como parte de um plano de emergência próprios dos explorados*

*Convocar as assembleias presenciais*

O cabo de guerra entre governadores, prefeitos e sindicatos de trabalhadores da educação, em torno da volta às aulas, se agudizou. As autoridades vêm dando passos, no sentido de acabar com o isolamento social, neste último reduto, avesso à normalização das atividades. Desde maio, principalmente, o governo federal e governos estaduais chegaram ao denominador comum de pôr fim, o mais rápido possível, à quarentena. Por trás dessa decisão, está o poder econômico. A ideia é a de que o que poderia ser feito, apesar das divergências no interior da política burguesa do isolamento social, estava concluído.

A pandemia continuava e continua contaminando e matando os mais pobres. Os governadores, que resistiram à posição de Bolsonaro, de limitar o isolamento, por meio de uma forma vertical, ou seja, selecionado, acabaram se curvando, diante do descontentamento do empresariado e dos milhões de pequenos patrões, que viram seus negócios afundarem. No final das contas, passaram a flexibilizar a quarentena, a princí-

### São Paulo

Enfatizamos que o PL 529 demitirá 5.600 servidores.

Está aí por que esse não é o terreno da classe operária e demais explorados. A luta para derrotar as contrarreformas, como o PL 529, depende da política e organização independentes dos oprimidos. Desgraçadamente, no entanto, esses partidos reformistas controlam a maioria dos sindicatos. E, assim, criam ilusões de que é possível enfrentar a ofensiva dos governos no Congresso Nacional, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores. Para isso, bastariam as pressões por constituir as alianças, e a eleição de mais parlamentares “comprometidos”.

A Corrente Proletária/POR participou das poucas manifestações presenciais convocadas pelas entidades, defendendo o rechaço do projeto na íntegra. Ressaltou que o PL, de privatização e entreguismo, estava em consonância com a política dos partidos de direita, que se encontravam circunstancialmente aliados à bancada parlamentar de oposição a Doria. O que significa que poderiam facilmente virar o voto em favor do governo. Alertamos que o governo poderia fatiar o projeto e negociar por partes, preservando a sua essência. Foi justamente isso o que aconteceu.

### O que está colocado?

Certamente, as direções sindicais dão como encerrada a luta contra o PL 529. A Corrente Proletária, ao contrário, continua a campanha contra a privatização de empresas estatais e institutos públicos. Critica, portanto, a linha da direção, que apostou na disputa na ALESP, e enfatiza que esse PL não será o único de Doria, outros estão por vir. Defende: que as direções do funcionalismo convoquem as assembleias presenciais, para fazer um balanço da derrota e apontar o verdadeiro caminho para enfrentar o plano privatista, que demite servidores, aumenta impostos, arrocha salários e taxa os servidores do hospital público. E ressalta a importância da luta pela independência de classe e dos métodos próprios dos explorados, que se resumem na ação direta.

pio gradualmente e, logo, completamente.

O último bastião do isolamento é o da educação. Isso porque tem uma particularidade: envolve milhões de crianças e jovens. O temor da contaminação permanece, embora a economia esteja praticamente normalizada, e amplas camadas da população já não se sentem tão ameaçadas, como se sentiram nos meses de março e abril. Pouquíssimas atividades coletivas ainda resguardam algum cuidado. De maneira que somente as escolas e universidades permanecem no isolamento.

Os governos marcaram datas de retorno, que foram sendo adiadas. Mas, começaram a normalizar o funcionamento burocrático, e introduziram a volta dos alunos, de forma escalonada e seletiva. Para isso, criaram-se os “protocolos” de proteção. Nota-se que o retorno total somente não ocorreu, devido ao temor dos pais e à pressão da burocracia sindical.

O período das eleições municipais pesou na decisão dos governantes de não forçarem o retorno às aulas. O que deu

maior capacidade de pressão política das direções sindicais, que também estão envolvidas até o pescoço com os partidos e candidatos. Todos comungam a bandeira de “defesa da vida”, embora a maioria esteja trabalhando e correndo o risco da contaminação. É de conhecimento geral que o funcionalismo tem importante peso político na máquina do Estado. Eis por que os governantes não ousaram cortar parte dos salários, como foi feito pelo empresariado, que aplicou a MP 936. Na rede privada de ensino, houve redução salarial e demissão em massa. É necessário expor abertamente essas ações diferenciadas dos governadores e prefeitos. A burocracia sindical das particulares se submeteu à política burguesa do isolamento social, seguindo a conduta de toda burocracia sindical, deixando os professores e funcionários à mercê do patronato.

Um outro fator de grande importância foi e é a generalização do ensino a distância (EaD). O argumento das autoridades educacionais, de que assim se estaria mantendo a aprendizagem, foi incorporado pela burocracia sindical, que se limitou a reclamar de que nem todos tinham acesso à internet e aos recursos tecnológicos. O fato é que uma boa parcela dos estudantes pobres ficou à margem do EaD. Motivo esse de demagogia dos responsáveis pela educação, de prometer “recuperar” os milhares que ficaram de escanteio. É notório que essa quarentena da educação servirá aos empresários que, há muito, trabalham para que o governo amplie e dê mais poderes a essa modalidade de ensino.

As consequências negativas são de diversas ordens. Uma delas – a mais grave – é a enorme evasão escolar. Como se pode ver, não se trata apenas de manter ou quebrar o isolamento social na educação. É preciso uma resposta ao conjunto dos graves efeitos que atingiram a educação sob a pandemia. A burocracia sindical não está preocupada com as medidas governamentais que, em nome da proteção à vida, aproveitaram para realizar uma ofensiva privatizante e de ruptura das relações sociais que permitem a aprendizagem. Não está preocupada com as consequências gerais da pandemia e da crise econômica, que atingiram a maioria nacional oprimida. Nem mesmo as demissões massivas de professores da rede privada mereceram uma ação coletiva dos sindicatos, submetidos a direções corrompidas pelo capitalismo. Aí se tem o retrato da mesquinhez política do cabo de guerra entre governantes e burocratas.

Não havia e não há outra forma de reação à ofensiva burguesa sobre a educação, sob o pretexto da pandemia e defesa da vida, a não ser organizar um movimento coletivo e massivo de professores, funcionários, estudantes e pais. Ocorre que essas direções se refugiaram na virtualidade, assumindo plenamente a política burguesa do isolamento social. O seu corporativismo é de tal magnitude, que separaram os problemas vividos na educação dos vividos nas fábricas, comércio e serviços. É como se as crianças e jovens não fossem filhos dos explorados, dos pobres e miseráveis, que há meses foram empurrados ao trabalho, apesar da pandemia. Não se pode defender a educação e a vida daqueles que a realizam fora dessa catastrófica realidade maior.

Essas direções se negaram a organizar um movimento de massa, clamando por segurança e defesa da vida, quando

a burguesia e seus governantes atacavam, sem piedade, os empregos, salários e direitos; e implantavam o EaD. Agora, inventaram uma “greve sanitária”, decretada por assembleias virtuais. Os corajosos e heroicos defensores da vida mal escondem sua capitulação diante da política burguesa do isolamento social. Não há como se fazer uma greve quando não está trabalhando. Essa é uma invenção engenhosa em tempo de pandemia, de milhares de mortes, de desemprego em massa, e de empobrecimento generalizado da população trabalhadora. Pelo menos, deveriam ter a decência de dar o nome correto à decisão on-line de não acatar a volta às aulas. Esse nome é “boicote” à decisão dos governantes. Esse boicote, porém, depende de cada indivíduo e família. Não corresponde ao movimento coletivo, organizado a partir de assembleias presenciais. O que parece uma decisão cora-

---

***Não havia e não há outra forma de reação à ofensiva burguesa sobre a educação, sob o pretexto da pandemia e defesa da vida, a não ser organizar um movimento coletivo e massivo de professores, funcionários, estudantes e pais. Ocorre que essas direções se refugiaram na virtualidade, assumindo plenamente a política burguesa do isolamento social.***

---

josa, é na realidade uma covardia descarada. Os burocratas se apoiam no temor dos pais para convocar virtualmente o “boicote”. Em outras palavras, servem da inércia das famílias e das condições diferenciadas do isolamento social dadas ao magistério.

O problema que os professores e a juventude têm pela frente vai muito além de mais algum tempo de pandemia. Estão diante do fechamento de escolas, imposição do EaD, evasão escolar, congelamento salarial, fim da estabilidade, aumento da jornada de trabalho, privatização e toda sorte de precarização das relações de trabalho e ensino. A escola burguesa não teve como se assentar no vínculo entre a produção social e o ensino. A impossibilidade de funcionar de acordo com a unidade dialética entre a prática e a teoria, e vice-versa, comprometeu sua função histórica. O EaD leva às últimas consequências esse divórcio. Um aspecto essencial dessa contradição se encontra na massa de jovens que nem estuda, nem trabalha. O aumento exponencial do desemprego se reflete no processo de ensino. Na pandemia, os jovens foram os mais afetados. Não se pode defender a educação pública e lutar contra sua decadência, sem enfrentar o desemprego que sacrifica a juventude pobre. O mesmo diz respeito à longa jornada daqueles que conseguem um emprego. Não têm como combinar os estudos com o trabalho.

Os trabalhadores da educação e a juventude devem abrir os olhos para a impostura da “greve sanitária”. Devem colocar-se pelas assembleias presenciais, que garantam a democracia e a soberania coletiva das decisões. Devem responder aos ataques à educação como parte de um plano de emergência de defesa do conjunto dos explorados, que tenha por base os empregos, salários, direitos, educação e saúde públicas.

**Pernambuco**

# Corrente Proletária na Educação se retira da gestão do Diretório Acadêmico de Serviço Social da UFPE

Os militantes da CPE comunicaram, por meio de carta aberta, sua saída da gestão do DASS. Publicamos aqui alguns trechos:

*“Entendemos que é importante a comunicação da não continuidade na gestão, como forma de respeito aos/as demais integrantes do DASS e aos estudantes que nos elegeram. O mandato para o qual fomos eleitos chegou ao fim, propusemos no interior da gestão que houvesse uma assembleia presencial para realizar o balanço da gestão, decidir sobre como garantir a continuidade do D.A., e como lutar contra os ataques à educação e trabalhadores em geral. A proposta não foi encaminhada pela gestão”.*

Os militantes ressaltam que, no interior do D.A. atuaram por meio da “*elaboração e distribuição de boletim do DASS, articulação com outras entidades dentro do Comando Unificado de Mobilização da UFPE, participamos de atos, de panfletagens, construção de plenárias (...)*”. Explicam que, com a pandemia, “*desde o início, nós, da CPE, nos posicionamos contra a realização e construção da luta por meio de atividades virtuais, em discussão com o DASS nas reuniões, nosso posicionamento era sempre minoritário*”. Nesta condição, contribuíram para construir o posicionamento contrário à adesão do curso de Serviço Social ao semestre remoto (EaD), se contrapondo à tendência das outras correntes, que estão na direção do DASS (PSOL e PCB), de seguirem a posição do DCE, de consentimento e colaboração com a implantação do EaD, desde que houvesse ampliação da assistência e inclusão digital.

O prolongamento dessa situação foi levando a um esvaziamento ainda maior da gestão, assim como a uma prática de boicote às propostas da CPE. As reuniões on-line “*não direcionavam para uma luta combativa à altura dos ataques vivenciados no presente*”. (...) “*Na prática, todos sabem que esse meio serve mais para desorganizar a luta e legitimar as investidas que estamos sofrendo por parte do capital. Sabemos que o momento coloca desafios sanitários, mas reconhecemos também a im-*

*portância da luta política presencial, que, apenas por meio das assembleias presenciais, dos grandes atos de rua, e da articulação com outras entidades, é que é possível barrar tais investidas. (...) reconhecemos que devemos tomar todos os cuidados sanitários. Entretanto, a luta se faz na rua, porque a luta de classes não parou, continua ativa, e precisamos reagir à altura, e quebrar com o imobilismo das entidades da classe trabalhadora, até porque ‘na luta de classes, não há empates’. No momento, estamos perdendo muito. Para virar o jogo, temos de entrar em campo.”*

*“É nesse sentido que encerramos nossa participação na frente, para nos dedicarmos a outros espaços que possuem mais possibilidades de intervenção prática. Iniciamos a construção de um comitê de lutas classista, com outras organizações, para defender a luta pelos empregos, contra a privatização da educação, por meio da ação direta coletiva. Ao mesmo tempo que convidamos todos/as estudantes para integrar na construção do comitê, ressaltamos que não encerramos nossas contribuições com o DASS, certamente estaremos nas lutas que virão”.*

*“Dessa forma, esperamos que as lutas sejam reativadas, o momento exige que seja levantado um grande movimento nacional contra todos os ataques desferidos por Bolsonaro e sua camarilha. Precisamos organizar a luta para derrubar a contrarreforma administrativa, principalmente, trazendo a particularidade do Serviço Social, que tem como um dos maiores empregadores o Estado. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 12,8 milhões de desempregados no 2º trimestre de 2020. Juntamente com isso, vemos a redução das jornadas de trabalho com a redução de salário, que já é uma miséria. A educação sofre com possíveis cortes de gastos, além dos ataques que foram aprofundados com o EaD durante a pandemia. A necessidade de organizar a luta já está mais que evidente. É preciso retomar as atividades presenciais, chamar as assembleias, construir uma luta forte e ampla, em conjunto com os/as demais explorados/as e oprimidos/as”.*

## Rio Grande do Norte

# Ato político presencial do POR

O ato político contou com duas partes. A primeira foi dedicada ao lançamento do livro “Leon Trotsky, a continuidade do marxismo-leninismo”. Iniciou com a exposição de uma camarada sobre a publicação dos 10 livros do Partido Operário Revolucionário, na qual foram citados todos os seus títulos e a luta do POR em defesa do marxismo, como ciência que une a teoria com a prática. Entendendo que o marxismo-leninismo-trotskyismo significa o acúmulo do legado da experiência do proletariado para destruir o sistema capitalista.

Um outro camarada fez uma exposição sobre importância da IV internacional, como Partido Mundial da Revolução, as contradições que o Trotsky sofreu no período da contrarrevolução e degeneração do partido bolchevique e Estado operário, de sua expulsão da Rússia, e do desenvolvimento do fascismo na Europa. A dedicação de Trotsky, de formar a Oposição de Esquerda e organizar uma nova Internacional, no meio de tantas contradições. No entanto, a recém-criada IV internacional se enfraqueceu, após o assassinato de Trotsky, em fun-

ção do revisionismo pequeno-burguês.

Em seguida, foram organizados grupos de estudo do Programa de Transição. Os grupos ficaram com três pontos: As premissas objetivas para uma revolução socialista; O proletariado e sua liderança; Programa mínimo e programa de transição. Além desses pontos em comuns, cada grupo ficou com leitura de partes diferentes do Programa. As conclusões dos grupos foram discutidas na plenária.

No período da tarde, os participantes discutiram a Resolução sobre as eleições municipais. Houve dúvidas de um dos presentes quanto à seguinte passagem da resolução: “*A legalização não se obtém apenas cumprindo as determinações da lei, que são discricionárias e draconianas, ou a burlando na coleta de assinaturas (o que é justo fazer), mas como resultado do desenvolvimento do partido no seio do proletariado, dos demais explorados e da juventude oprimida*”. Na discussão, foi esclarecido que, diante das leis draconianas eleitorais, o POR não condena as correntes políticas que tenham se utilizado da burla da coleta de assinaturas para se legaliza-



rem; porém, entende que a legalização do partido revolucionário será expressão da imposição das massas, a partir de seu enraizamento no proletariado. A burguesia inclusive pode, em determina situação da luta de classes, valer-se da legalização de um partido oriundo dos explorados, com o fim de domesticá-lo na institucionalidade burguesa. Um camarada exemplificou o histórico do PCB no Brasil, em 1940, em que a burguesia permitiu a legalização, para cooptá-lo com o fundo partidário.

Outros pontos também foram levantados, como a utilização do termo contrarreforma, para caracterizar as medidas de ataque do governo contra os direitos. E sobre o voto nulo. Foi esclarecido, também, como uma forma do partido participar

das eleições. Foi explicado que, na ausência de uma candidatura que expresse o programa revolucionário ou uma fração da classe operária, diante das candidaturas dos partidos burgueses que cultivam ilusões democráticas nos exploradores, e da legislação dacrônica, que inviabiliza a legalização do partido, o POR chama o voto nulo em defesa da ação direta e pela construção do partido revolucionário.

No encerramento da atividade política, foi lido o manifesto de 16 de outubro, que chama a juventude e os trabalhadores a votarem nulo. E, em seguida, os presentes se colocaram de pé, dando uma viva ao trotskismo, como a continuidade do maxismo-leninismo! E à construção da IV Internacional!

## XIII Escola de Quadros do Litoral Norte

No dia 11 de outubro, o POR realizou sua XIII Escola de Quadros. Essa é mais uma das atividades do POR durante a pandemia. Ao contrário das direções sindicais, que se submeteram à política burguesa do isolamento social, o POR vem realizando atividades presenciais, e reunindo militantes e simpatizantes, para discutir a crise econômica, que foi agravada com a pandemia, as duras medidas tomadas pelos governantes, e as tarefas colocadas para unir os explorados em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública. Realizou dois atos políticos: o 1º de Maio e o dos 80 anos do assassinato de Trotsky e fundação da IV Internacional, ocasião em que foi publicado o livro “Trotsky, a continuidade do marxismo-leninismo”. Além do lançamento do folheto sobre os 10 anos da igualdade racial e da Revista Proletária da Educação. A Escola de Quadros do Litoral fez parte desse trabalho militante do partido revolucionário.

A Escola de Quadros teve como objetivo divulgar esse livro sobre Trotsky. Na abertura, foi feita uma breve exposição dos artigos que são tratados no livro, destacando a árdua luta de Trotsky contra a degeneração da Revolução Russa e da III Internacional, levada a cabo por Stalin. Após a apresentação, o plenário foi dividido em grupos. Nos grupos, houve o estudo dos artigos “Estalinismo e Bolchevismo”, “As Tradições Bolcheviques e a IV Internacional” e “Leon Trotsky e a América Latina”. As conclusões foram apresentadas na plenária, que tinha a tarefa de aprofundar as discussões, e sintetizar as principais conclusões.

Alguns presentes, que tomaram pela primeira vez o contato com as posições de Trotsky, mostraram interesse em conhecer e assimilar essa rica experiência. Prestaram muita atenção nas formulações do internacionalismo proletário. Diante do modo de produção mundial esgotado e em processo de apodrecimento, a transformação social só poderá vir da organização internacionalista da classe operária e demais explorados. Obrigatoriamente, a revolução começa em um determinado país, expressando suas particularidades históricas, e se projeta mundialmente. A Revolução Russa, como demonstrou Trotsky, comprovou a formulação dialética do entrelaçamento da revolução nacional com a internacional.

A plenária debateu a defesa da tradição bolchevique defendida por Trotsky, que fala da importância de se assimilar uma das maiores conquistas da Revolução Russa, que foi o

bolchevismo, guardadas as particularidades da Rússia. Destacamos o seguinte trecho: “O Partido Bolchevique mostrou, na ação, a combinação da maior audácia revolucionária com o realismo político. Estabeleceu, pela primeira vez, entre a vanguarda e a classe, a única relação capaz de garantir a vitória. A experiência demonstrou que a união entre o proletariado e as massas oprimidas da pequena burguesia rural e urbana requer a prévia derrota política dos partidos pequeno-burgueses tradicionais. O Partido Bolchevique mostrou ao mundo inteiro como se deve realizar a insurreição armada e a conquista do poder. Quem contrapõe a abstração dos soviets à ditadura do partido deve compreender que, somente graças à direção Bolchevique, os soviets puderam elevar-se do pântano reformista e ascender à forma estatal proletária...”.

No período da tarde, foram lidos e debatidos os textos: “Leon Trotsky e a América Latina” e “80 anos do assassinato de Leon Trotsky”. Na plenária, discutimos a análise de Trotsky sobre os países coloniais e semicoloniais de economia desigual e combinada, não há como contar com a burguesia e com uma política reformista para o cumprimento das tarefas democráticas ainda não realizadas nesses países, sob essa orientação da classe dominante e seus asseclas, seguirão atrasados, sem autonomia e submetidos à política do imperialismo saqueador. Só terão possibilidade de se livrar do jugo do imperialismo, a partir da expropriação dos grandes meios de produção. Só o proletariado é cumpridor dessa tarefa, na qual Trotsky aponta para a importância da união destas nações, constituindo os Estados Unidos Socialistas da América Latina. Essa unidade é precedida da frente única anti-imperialista, capaz de fazer o combate imediato às desnacionalizações/privatizações, à destruição de postos de trabalho, e, sobretudo, à destruição massiva de forças produtivas. Neste sentido, discutimos o caráter ultraliberal do governo Bolsonaro, que, no momento, avança na privatização da Petrobrás, Correios e portos. Na região do litoral norte, a medida que as lutas são erguidas, participamos com os trabalhadores contra estas investidas.

A Escola de Quadros foi saudada pelos participantes. Os contatos ressaltaram a importância de aprofundar a compreensão a respeito da Revolução Russa e do trotskismo. A participação dos camaradas de São Paulo e da região é sempre enriquecedora, e espelha a formação dos quadros. Ao final, chamamos um “Viva” a Leon Trotsky e a IV Internacional!

**Nesta edição:**

- **Bolívia:** Realizadas as eleições - *paginas 22 a 24*
- **Chile:** Um ano da rebelião popular - *paginas 26 a 28.*
- **Indonésia:** Levante operário e popular diante da contrarreforma trabalhista do governo.
- **Tailândia:** A luta democrática da juventude e as tarefas do proletariado.
- **103 anos da Revolução Russa** - *paginas 33 a 35*
- *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*

**Artigos das Seções**  
**Comitê de Enlace**  
**pela Reconstrução**  
**da IV Internacional**



**Nº 2625**  
21 10 2020  
Edição digital



**Contra todas as previsões:**  
**Os impostores massistas ganham**  
**as eleições no primeiro turno**  
**O que aconteceu?**

A rebelião popular em outubro-novembro de 2019 tirou do poder o déspota endeusado Evo Morales e o bando de “esquerdistas” e indigenistas ladrões, serviçais dos agroindustriais do Oriente, dos banqueiros, dos empresários privados e das “sócias” multinacionais. Foi um movimento fundamentalmente pequeno-burguês urbano, que capitalizou o cansaço generalizado diante das torpes e descaradas manobras do governo massista, para perpetuar no poder Evo Morales. Encontrou um MAS desgastado, quase órfão de apoio e politicamente em franca decadência, a ponto que não pôde conter a “rebelião das pititas”.

O governo de transição da velha direita debutou transpirando racismo, pondo em evidência a podridão e incapacidade da burguesia e seus políticos. Não esperaram nada para começar a roubar, fazer negociatas com o pretexto da pandemia, assaltar os cargos públicos, para colocar parentes e elementos da ultradireita racista, dar carta branca à brutal arremetida dos empresários contra os trabalhadores, etc.

A alternativa de um próximo governo desta velha direita racista fez renascer em setores de trabalhadores e populares a ideia de que, apesar de tudo, o MAS é mais próximo dos interesses dos trabalhadores, dos pobres deste país, e particularmente das nacionalidades originárias, apesar da experiência de que Evo Morales e sua quadrilha desenvolveram uma política abertamente pró patronal e pró imperialista.

Os poristas combateram o MAS desde o começo, assinando que a política que desenvolveria seria pró burguesa e pró imperialista, por seu declarado respeito à grande propriedade privada dos meios de produção. Isto quando todos abobados acreditavam que um indígena camponês no

poder era sinônimo de governo revolucionário. Estivemos no combate, buscando disputar a direção com as correntes conservadoras que, a título de unidade para derrubar o governo, abriram as portas para a velha direita, cuja expressão mais repugnante é o fascista Camacho.

Agora, como ontem, continuaremos combatendo a impostura masista, na perspectiva de organizar os famintos para se independizarem da burguesia e seus partidos, e lutar pelo governo operário, camponês e de todos os oprimidos, que derrubará do poder a caduca e incapaz burguesia, e instaurará as bases da nova sociedade, assentada na propriedade social dos grandes meios de produção.

Deixamos bem colocadas as bandeiras da luta futura: independência política e sindical dos explorados e oprimidos frente à política burguesa, sobre a base de uma plataforma de reivindicações gerais, regionais e sociais para enfrentar o governo que saísse das futuras eleições.

Desafiamos os impostores a que, por exemplo, obriquem os empresários a restituir, as fontes de trabalho, aos demitidos, que respeitem os direitos trabalhistas e o fórum sindical, que atendam a demanda de 10% do orçamento nacional para saúde, e igualmente aumentem o orçamento para a educação. ¡NÃO o farão!

Os trabalhadores, camponeses e oprimidos não devem tolerar que, agora, os impostores, em nome da unidade de todos os bolivianos para sair da crise, semeiem desgraças sobre nossas costas, nos pedindo sacrifício, enquanto desviavam os escassos recursos nacionais em favor da burguesia, e favoreçam os investidores estrangeiros, sob o pretexto de reativar a economia.

**Bolívia****As causas do fortalecimento eleitoral do MAS**

Os resultados das eleições surpreenderam até mesmo os masistas. Para as tendências da direita tradicional – que apostaram o seu futuro político nestas eleições, que qualificaram de “históricas” – os resultados têm sido um balde de água fria. Seguindo os dados da última pesquisa eleitoral, na qual o MAS nunca deixou de encabeçar a preferência do voto, e quando alguns dirigentes massistas falavam na possibilidade do triunfo no primeiro turno, surgiu o temor entre os antimassistas, que pressionou para que as diferentes candidaturas que dispersavam este voto abandonassem as eleições, para que houvesse uma concentração de votos em Mesa. Apostaram na possibilidade de triunfo em um segundo turno. Em todo este processo de grande incerteza, Camacho foi a exceção, porque persistiu até o final, com a irracional lógica de que ele se constituiria em uma expressão nova e pujante da política, inspirada em uma Bolívia descentralizada e no modelo econômico de Santa Cruz.

Todo este panorama, limitadamente eleitoral, transcorria sem levar em conta as tendências subterrâneas, que se movimentavam no seio de grandes setores da população, sobretudo de raízes indígenas, e nas camadas mais castigadas pela pandemia e pela crise econômica. Essas tendências, que orientaram o voto em favor do MAS, são três:

A primeira, que nasce das entranhas da opressão nacional, não superada no país, onde as diferentes nacionalidades indígenas continuam sofrendo as consequências da opressão de um Estado brancóide, onde uma minoria conserva em suas mãos o controle da economia e do poder político. Esta minoria se manifesta como uma casta racista e prepotente, que se exacerbou nas manifestações populares de outubro/novembro, e no último bloqueio de estradas, protagonizado pelo movimento indígena. A direita mais reacionária cometeu a torpeza de pisar e queimar a *Wiphala*, e desprezou os símbolos dos oprimidos do campo, fato que exacerbou o instinto da secular rebelião indígena. Somente assim se pode entender como os setores radicais aymaras que, a princípio, indicaram não se sentirem identificados pelo Estado branco e por sua “democracia”, que

não tinham interesse nas eleições, acabem votando no MAS, como uma forma de rechaço aos candidatos da velha direita.

A outra tendência está no fato de que o processo de superação das ilusões no MAS, como uma expressão de “esquerda” e como depositário das aspirações dos mais pobres e oprimidos do país, retrocedeu diante da presença da velha direita racista no poder. O voto indígena no MAS segue abrigando a ilusão de que o governo do MAS significa que eles mesmos estão no poder e que o destino do país estará em suas mãos.

A terceira causa do massivo voto no MAS é a desastrosa gestão de Añez, caracterizada pela grande incapacidade e ineficiência. Os masistas têm defendido a teoria de que o governo transitório destruiu em 10 meses o que o governo anterior construiu exitosamente em 14 anos. O que é claro para as massas é que o governo direitista é claramente tão ou mais corrupto do que o de Evo Morales.

Muitas destas tendências, rapidamente, terão as suas expectativas frustradas no novo governo, na medida em que este mostre a incapacidade em resolver as necessidades concretas das massas, como consequência do acirramento e aceleração da crise econômica. Arce, em sua campanha eleitoral, defendeu a ideia de que o seu governo será capaz de garantir à população estabilidade econômica,

fontes de trabalho e renda, que satisfaçam as necessidades do povo. Aos empresários privados, prometeu as condições adequadas para que sigam produzindo com lucros razoáveis, tendo oferecido um forte apoio estatal; prometeu à grande massa de autônomos a manutenção de suas atividades, etc.

A crise estrutural que vive a Bolívia está determinada, em última instância, pelo desenvolvimento da crise mundial. Dessa forma, as possibilidades de o governo Arce mitigar as suas consequências serão extremamente limitadas. Mais cedo ou mais tarde, as massas insatisfeitas sairão às ruas, para exigir que o novo governo cumpra com as suas promessas eleitorais.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2625, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL  
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA  
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



**R\$ 35**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR  
DE MASSAS**



## Bolívia

# A volta da nova direita (MAS) ao poder para aplicar obedientemente os planos antioperários do FMI (imperialismo)

*O novo governo do MAS executará o que o imperialismo (FMI) e a burguesia exigirem contra o movimento operário.*

Aqueles que acreditam que o FMI é neoliberal, e inimigo da intervenção estatal na economia, estão presos nos esquemas difundidos pelos reformistas de todos os matizes, para justificar suas políticas pró-burguesas. Basta olhar as publicações dos organismos financeiros do imperialismo para perceber que, hoje, todos eles são partidários de uma “*intervenção ativa direta do Estado na economia*”, outorgando todo tipo de incentivos e facilidades às empresas, incrementando o investimento público, e incentivando o consumo da população, com bônus e empréstimos fáceis de conseguir. Essas medidas não resolvem a fome, mas, no fim, terminam nos bolsos dos empresários, dos banqueiros e das multinacionais.

Esses planos estão desenhados na base do endividamento

público, no incremento da dívida externa, que depois deverá ser paga pelo povo, com cotas de pobreza maior. Uma amostra do que isso significará, mais adiante, pode ser vista na Costa Rica, onde as massas saíram às ruas para rejeitar os acordos de empréstimo do seu governo com o FMI, que exige medidas que garantam o pagamento do empréstimo, com o aumento de impostos, por exemplo.

Entre estes planos, está a precarização do emprego, que resulta em demissão dos operários, para, assim, contratar novos, sem a obrigatoriedade da Previdência ou aposentadoria, ou qualquer outro tipo de proteção social, considerada uma carga que, de acordo com a burguesia, torna menos competitiva a empresa. A destruição das forças produtivas, da força de trabalho – seu componente fundamental –, é, para a burguesia e o imperialismo (FMI), a condição fundamental para reativar a economia.

O novo governo do MAS executará o que o imperialismo (FMI) e a burguesia exigirem contra o movimento operário. Dará à burguesia a segurança de que seus planos anti-operários, já em execução, serão respaldados por um governo favorável a eles. Um governo assentado na falsa ideia de que Arce poderá realizar o milagre de livrar a Bolívia da crise econômica mundial.

A natureza pequeno-burguesa da base social do MAS fará com que os vícios que levaram ao seu esgotamento político se agigantem. As práticas estalinistas se aprofundaram, e que cedo ou tarde se chocarão com as massas.

O movimento operário, particularmente fabril, se incorporou ativamente ao combate, marcando a diferença nos acontecimentos de outubro de 2019. A burocracia sindical será o braço operacional do governo, para frear a resistência operária contra os planos da patronal. Procurarão iludir os trabalhadores com o legalismo, numa situação em que os operários, diante da esterilidade do legalismo, estão recorrendo à ação direta para se defender.

A tendência ao acirramento da luta de classes não se interrompe com o resultado eleitoral, nem com as oscilações das ilusões circunstancialmente despertadas. Somente a miopia política do centrismo da esquerda lhe faz crer que, porque as pessoas votaram, elas acreditam que os mecanismos da democracia formal burguesa são o meio para resolver seus problemas. Contudo, as massas não abandonaram a ação direta, até poucos dias antes do plebiscito eleitoral, e anunciaram que retornarão a ela, assim que terminem as eleições. Esta tendência expressa o esgotamento das ilusões democráticas.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2625, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

ADQUIRA COM O DISTRIBUIDOR DO JORNAL **Massas** \$5

**Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional  
Versão em Português - Junho 2020 - R\$ 5,00

**Diante a crise econômica, política e social desencadeada pelo coronavírus**

Combater os governos burgueses, para impor nosso próprio plano de emergência, baseado na democracia operária e nossos métodos de luta

Seleção de declarações e artigos internacionais, nacionais, publicados nos últimos três meses, sobre a catastrófica crise que vivenciamos.

**Erguer bem alto as bandeiras da Revolução Proletária!**

## Bolívia

# Por que as correntes centristas não podem entender o processo contraditório de esgotamento das ilusões democráticas na Bolívia?

Porque o centrismo é uma expressão política da pequena-burguesia, que não entende como a experiência da classe operária se transforma em consciência política. Não entende como, concretamente, esse processo se desenvolve. As correntes centristas nunca passaram por isso, uma vez que nunca entenderam o que significa o partido-programa. Isso, para eles, é um acúmulo de abstrações, que podem repetir, mas sem compreender. Sua experiência se esgota na lógica democrática da pequena-burguesia. PO, PTS/LORCI e outros grupos centristas apoiaram o MAS, uns chamando à formação de uma frente, e outros, tortuosamente, a votar nele por ser mais “progressivo” para as massas, em comparação com a velha direita. São, por isso, MASistas envergonhados.

Há muito tempo que os centristas abandonaram a estratégia da ditadura do proletariado, para substituí-la pelo “Governo dos Trabalhadores” e pela “Assembleia Constituinte”. Vários desses grupos, na Argentina, têm presença na classe operária, até dirigem alguns sindicatos, mas, por seu programa, por sua estratégia, por sua política, são a expressão de uma política pequeno-burguesa democratizante dentro da classe operária. Eles não podem transformar a luta das massas em consciência de classe, porque não estão interessados em desenvolver o programa da revolução em seu próprio país. Eles se contentam em repetir generalidades do socialismo nos dias de festa, e se esgotam nas respostas conjunturais, dando todo tipo de cambalhotas, cada uma mais contraditória que a outra.

Como não conseguem ver o fio condutor do desenvolvimento da consciência de classe do proletariado, de seus avanços e retrocessos, porque sua visão está determinada pela conjuntura, e porque acreditam que o proletariado se “conscientiza” como os intelectuais, não podem compreender o processo contraditório de sua evolução política, ainda mais em um país tão dinâmico politicamente, como a Bolívia.

No caso específico do recente resultado eleitoral nacional, a verdade é que a esperança circunstancial das massas, de que Arce será capaz de realizar o “milagre” de impedir que a crise econômica mundial impacte as massas, se esfumará muito rapidamente. Arce vai colocar em prática o programa do FMI. O FMI, o Banco Mundial, o FED, etc., hoje são partidários de uma intervenção ativa direta do Estado na economia, para dar bônus e incentivos à população, dar resgate e facilidades às empresas, com base no endividamento público. Esse é o plano de Arce, ao mesmo tempo em que tem de implementar a flexibilização trabalhista, condição essencial para a burguesia, que precisa continuar com seus planos antioperários.

O programa econômico de Arce é antioperário, antipopular e pró-imperialista, ou seja, não tem nada de “esquerda” ou “progressivo”, e não é diferente do que é defendido por Mesa ou por Añez, que continuaram o que deixaram os MASistas de fazer. Só oportunistas, centristas e reformistas se perdem em discutir os detalhes das “diferenças” entre um e outro, como se estabelecessem uma distinção qualitativa entre as corren-

tes burguesas de direita, o que supostamente significaria uma “vantagem” para as massas. O concreto é que muito rapidamente as massas retomarão sua atitude radical de descrença nas instituições burguesas, atitude que nunca abandonaram, mas que momentaneamente passou para um segundo plano. É assim que o esgotamento das ilusões democráticas reemerge com mais força. No Chile, por exemplo, esse processo não ocorre, a experiência cotidiana não se acumula como uma conclusão política programática, que permita refletir a superação de ilusões na democracia burguesa e em suas instituições.

Nesta situação política, o mais relevante é que se abre a possibilidade de um salto na consciência do proletariado e das massas em geral. Viveremos a continuidade desse processo que, em outubro e novembro de 2019, não pôde ser concluído, devido à incapacidade e estupidez da velha direita ultra reacionária, como dissemos no balanço sobre a queda de Evo. A mentalidade obscurantista de Murillo engrenou perfeitamente com a lógica MASista de se passar por “esquerdistas anti-imperialistas” atacados pela “direita”, quando entregaram o país a um preço barato ao capital financeiro, um conto que os centristas engoliram.

Por mais que queiram usar o resultado eleitoral para lavar a cara, este NÃO apaga que o MAS é um defensor da grande propriedade privada burguesa e das multinacionais. Não apaga que os MASistas são uma quadrilha sedenta para roubar os cofres do Estado. Não apaga que fraudaram para se perpetuar no poder, e inventaram a teoria do golpe para justificar seu esgotamento político.

Agora, a velha direita não entende o que se passou. Arrancam-se as entranhas, enquanto a burguesia negocia seus acordos com o MAS, para garantir seus planos antioperários.

O campo da oposição operária revolucionária está livre, aberto. Estamos a sós, os centristas, os estalinistas e os reformistas de todos os tipos estão no campo do oficialismo, defensor da burguesia e das multinacionais. A tensão no proletariado, especialmente fabril e na mineração privada, imposta pela crise e pelas medidas antioperárias da patronal e do Estado, o desperta para as ideias revolucionárias. Abre-se a possibilidade de seu reencontro com as Teses de Pulacayo, para colocá-las de forma gráfica.

Os centristas, na melhor das hipóteses, submetidos à burocracia sindical, não poderão reviver o engendro de um partido dos trabalhadores (PT). Continuarão lamentando que o POR não os chamou para que fossem deputados numa frente eleitoral “ampla de toda a esquerda.” O que farão os MASistas envergonhados? Entrismo no MAS? Ou, o oportunismo os aconselha a não ir tão longe? Eles não têm mais remédio, a não ser continuar jogando lixo contra o POR, para justificar sua própria impotência política, uma vez que vivem disso. Eles não chegarão até a esquina.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2625, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

## Chile

# Um ano da rebelião popular

## Viva a grandiosa luta do povo chileno! Abaixo Piñera! Abaixo sua miserável reforma constituinte! Rechaçar seu plebiscito!

\* A rebelião popular no Chile foi o ponto mais alto alcançado pelas mobilizações e formas de luta que ocorreram na América Latina e no mundo, nos últimos anos, contra as condições de desemprego, precarização, carestia e empobrecimento, enfim, de decomposição e podridão capitalista, uma crise de caráter estrutural, que continuará agravando-se. Esta rebelião foi antecedida por numerosas lutas isoladas.

Rebelião que deu um salto qualitativo quando, no dia 12 de novembro, se alastrou por todo o país, quando paralisaram os operários Portuários e a mina Escondida, solidarizando com as demandas de trabalho, luta contra a flexibilização trabalhista, educação, saúde, pensões, etc. O que apontava diretamente para o coração do capitalismo neoliberal. O governo qualificou a jornada como a mais violenta da história, que gerou uma situação onde *“estava em jogo o nosso sistema democrático”*.

\* A rebelião é parte de uma crescente intervenção das massas na América Latina e no mundo. Os oprimidos no Equador se haviam levantado, semanas antes, contra os ajustes. Na Colômbia, as mobilizações e paralisações foram crescendo. Na Bolívia, protagonizaram uma grande luta, que obrigou Evo Morales a renunciar, e depois teve de enfrentar Añez. Na Argentina, se chocaram com as contrarreformas de Macri e do capital financeiro, com várias greves gerais. O mesmo se passou no Brasil, em 2017 e 2019. E, neste ano, com os levantes nos EUA.

A rebelião no Chile tomou a bandeira mapuche como sua, símbolo da resistência permanente contra todos os governos, que os reprimiram com a maior violência, que lhes aplicaram as leis antiterroristas, tratando-os como o “inimigo interno”.

\* A repressão selvagem não pôde deter a rebelião. Nem os milhares de presos, nem as torturas, nem as centenas que perderam os olhos, nem os desaparecimentos, nem mesmo os mortos puderam deter a fúria popular, que arrasou com os símbolos da ditadura civil.

Hoje se preparam com todas as forças para reprimir, esperando que se potencie o protesto popular, diante do Aniversário e diante da realização das eleições no final do mês. O mesmo governo não crê que a manobra da Constituinte dissolva a vontade de lutar. A organização de hordas fascistas, acompanhadas por carabineiros, para reprimir a ocupação das Prefeituras pelos mapuches, dá uma ideia da situação de polarização em que se vive.

\* A rebelião popular dos últimos anos é a resposta à grande crise econômica mundial de 2008, que não pôde ser superada, e agravou brutalmente as condições de vida e de trabalho de nossos países semicoloniais, e também nas metrópoles. Esta crise se potencializou com a pandemia, provocando uma catástrofe econômica e social, que praticamente não tem antecedentes na história da humanidade.

\* A rebelião popular no Chile derrubou o exemplo e modelo do capital financeiro, que todos os países queriam imitar. Foi onde mais longe chegaram com suas políticas privatistas.

Foram as massas nas ruas, aplicando os seus métodos de ação direta, que começaram a derrubar a ditadura pinochetista, ajustando contas também com os cúmplices da Concertação/Nova Maioria, que, quando governaram, preservaram o essencial do pinochetismo, suas reformas neoliberais, e seu regime de ditadura civil, consagrado na Constituição. A direita e sua “oposição” já não podem governar como antes. As massas mobilizadas não acreditam mais neles.

A rebelião popular ajusta contas com a história. São nada menos que 47 anos, desde o golpe fascista, do fracasso da experiência contrarrevolucionária do Partido Comunista e do Partido Socialista, com a sua política de Frente Popular. Defenderam que era possível uma via pacífica, legal, ao socialismo. Foram os responsáveis por uma das piores derrotas da classe operária latino-americana e mundial, que ainda continua pagando. Os mesmos protagonistas daquela traição foram parte dos governos da Concertação/Nova Maioria, de Lagos e Bachelet.

\* Desde o começo da rebelião, foram criadas as assembleias populares por todos lugares do país, para organizar e preparar a intervenção, para debater. As assembleias populares começaram a se coordenar, se formaram os “cordões de assembleias”, rememorando aqueles cordões que foram criados nos anos 1970. A pandemia, combinada com as medidas repressivas, somente dificultaram o seu funcionamento. A tendência a se organizarem de forma independente continua presente.

\* Foi neste marco que se lançou a discussão sobre a Constituinte, como esforço da direita e de toda a oposição burguesa para enganar as massas.

Como dizem os nossos camaradas no Chile, “não se toca no modelo”, estamos diante de uma fraude plebiscitária. A convocação para decidir se se aprova ou se rechaça a reforma da Constituição, em seu artigo 135 de Disposições Especiais, declara: *“O texto da nova Constituição, que se submete ao plebiscito, respeita o caráter de República do Estado do Chile, seu regime democrático, as sentenças judiciais firmadas e executadas, e os tratados internacionais ratificados pelo Chile, e que se encontrem vigentes”*. Com estas disposições especiais, ficam resguardadas todas as inversões do capital estrangeiro na agricultura e água, energia, mineração, mar, terras, fundos previdenciários etc.

A crise extraordinária, que atinge o Chile, permanecerá e se agravará, sendo o plebiscito aprovado ou não. A crise somente poderá ser resolvida pela via revolucionária, não há outra saída.

\* Há organizações da esquerda democratizantes que reivindi-



cam que esta Constituinte deva ser soberana. Outra forma de engano. Sob o regime capitalista, não pode haver uma Assembleia Constituinte soberana, não pode haver soberania, enquanto a grande propriedade privada continue nas mesmas mãos, enquanto as Forças Armadas e carabineiros continuem em pé. De que soberania falam?

É uma traição querer iludir os oprimidos, que se possa conseguir alguma reforma pela via de uma “nova Constituição”. Pretendem ocultar que esta convocatória é uma armadilha, um engano, para tentar dissolver a enorme mobilização popular, e preservar o essencial da Constituição pinochetista. Somente poderá ser varrida, expropriando os grandes meios de produção, expulsando o imperialismo, destruindo suas forças repressivas. Uma verdadeira revolução social, que imponha um governo operário e camponês, expressão de todos os oprimidos da cidade e do campo, a ditadura do proletariado.

\* É necessário alertar, constantemente, o papel da burocracia sindical, das organizações nacional-reformistas, das esquerdas democratizantes, que são os principais auxiliares do sistema. São elas as que trabalham por bloquear as tendências à independência política. Piñera pode sustentar-se, ainda que tenha uma aprovação da população baixíssima, em parte pela repressão, mas sobretudo pelo papel da “oposição”, que quer continuar jogando com a democracia. Isso enquanto a burguesia e o imperialismo se deslocam em todo o mundo para formas fascistas de dominação, descartando a forma democrática. Este é o produto da crise econômica e política colossal, que se vive no Chile e em todas as partes.

\* A pandemia agravou a situação econômica e social em nossos países, e deixou claro o desmantelamento dos sistemas de saúde pública, e a incapacidade dos governos burgueses para combater a pandemia. Aqueles que mais sofrem as consequências são os mais oprimidos. Por sua vez, a pandemia foi utilizada para conter e confinar grandes setores da população, e para militarizar a sociedade.

\* As massas não abandonaram as ruas, a luta não parou. A fome e o desemprego se potenciaram nos últimos meses, dando lugar a novas formas de organização e luta nos bairros. A luta volta a se massificar. As massas buscam o caminho para avançar em sua resistência, em que pese o papel das direções sindicais e políticas. Criam-se, assim, as melhores condições para começar a resolver a crise de direção, construindo o partido revolucionário.

É necessário pôr em ação um plano de emergência, que unifique todas as lutas, que tome as reivindicações essenciais, para acabar com o desemprego de três milhões de desempregados; aumentar os salários; lutar por educação e saúde públicas e gratuitas; por um sistema previdenciário estatal e solidário, estatizando as AFPs; destinar os recursos necessários para defender a saúde; pôr fim ao endividamento familiar; pelo direito à autodeterminação do povo mapuche e seu direito à terra; libertar todos os presos; punir os responsáveis pela repressão contra o movimento popular;

lutar pela água; recuperar os recursos naturais, expulsando as multinacionais, nacionalizar os bancos, etc. Dizendo com toda a clareza que este plano não pode ser materializado por nenhum governo burguês, nem por meio de leis no Congresso. Só poderá ser garantido por meio da ação direta das massas, que derrube este regime.

Devemos ajudar a tomar consciência de que não há saída sob o capitalismo, que não se pode reformá-lo. Que o capitalismo em decomposição obriga a burguesia a atacar as condições de existência da classe operária e demais oprimidos, por meios das contrarreformas. Que somente a classe operária pode dirigir a rebelião popular das maiorias nacionais oprimidas até o seu triunfo. Sua intervenção na luta permitiu um salto de qualidade, demonstrando seu poderio, mas, além disso, é necessário que imprimam a sua própria estratégia política, de classe. Esta é a única saída realista.

Os povos originários, que vêm travando uma luta heroica, somente poderão conquistar a sua autodeterminação e as suas terras usurpadas, unindo-se à classe operária e aos demais oprimidos da cidade e do campo, para acabar com a dominação da burguesia e do imperialismo.

---

***(...) somente a classe operária pode dirigir a rebelião popular das maiorias nacionais oprimidas até o seu triunfo. Sua intervenção na luta permitiu um salto de qualidade, demonstrando seu poderio, mas, além disso, é necessário que imprimam a sua própria estratégia política, de classe. Esta é a única saída realista.***

---

\* A burguesia, com razão, teme a mobilização unificada dos oprimidos e liderados pela classe operária, que é a única classe revolucionária, pelo lugar que ocupa na produção, como classe instintivamente revolucionária, que subverte toda a “ordem” estabelecida pela ditadura burguesa, a classe que deve transformar-se no principal protagonista da revolução proletária, transformada em força consciente, mediante a intervenção de sua vanguarda, o Partido Operário Revolucionário, com a estratégia da tomada do poder, e esmagamento de todo o vestígio da classe dominante anterior, instalando um governo operário e camponês, que exercerá a ditadura da maioria oprimida, ou seja, a ditadura do proletariado.

A mesma perspectiva devem ter as massas do continente, que são obrigadas a enfrentar a catástrofe social, saindo à luta com as organizações e direções que têm, estando assim obrigadas a resolver a crise de direção.

***Chamamos toda a vanguarda de jovens revolucionários, que estão impulsionando a luta de classes, a assumir o grande desafio, que é a construção do Partido Operário Revolucionário no Chile, como parte da tarefa de colocar em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, tarefa encarnada pelo CERQUI – Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional – corrente revolucionária consequente com o marxismo-leninismo-trotskismo.***

16 de outubro de 2020

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

## Chile

**Ao completar um ano da rebelião popular “Chile Acordou”, o governo, os partidos burgueses e o parlamento temem que o que ocorreu no ano passado volte a se repetir**



O governo e seu braço armado, policial e militar, prepararam-se para enfrentar as novas mobilizações, munidos com novos recursos materiais e jurídicos, para proteger o obsoleto e apodrecido capitalismo que, no Chile, se manifesta como reflexo da decadência desse regime, mas, também para se proteger do reflexo das lutas que ocorrem em outras partes do mundo.

Em que pesem as brutais medidas repressivas, executadas pelas forças policiais, as mobilizações foram retomadas, e recuperaram as lutas e espaços conquistados em outubro do ano passado. No dia 2 de outubro, houve uma demonstração prática do treinamento dado aos policiais, na execução de torturas e assassinatos de quem se manifesta contra a podridão burguesa. Esses asseclas jogaram de cabeça uma criança num rio quase seco, e, se não fosse pelo auxílio prestado por outros manifestantes e o pronto atendimento médico, ela teria morrido, pois, a repressão desencadeada pelos carabineiros impediram todo tipo de ajuda e resgate, inclusive porque a deformada mentalidade desses repressores já considerava que a criança estava morta.

O governo, mesmo conhecendo todos os antecedentes desse crime, denunciado nas redes sociais, continuou apoiando a ação dos carabineiros. Além disso, convocou o alto comando dos carabineiros a uma reunião de coordenação com os ministérios do interior e defesa, para analisar os informes sobre as possíveis manifestações populares nas datas comemorativas, como a do dia 5, para lembrar o aumento de 30 pesos na tarifa do metrô ou, a do dia 12 de outubro, em que a nação-classe Mapuche se manifesta contra o genocídio espanhol dos povos preexistentes na América Latina.

Contudo, a maior preocupação das forças repressivas são os dias 18 e 25 de outubro, o primeiro porque nessa data se completa um ano da rebelião popular, e o segundo, pelo receio de que as massas mobilizadas desconheçam o plebiscito, e que a abstenção supere a recorrente marca dos 60%, devido a este plebiscito ser uma fraude, como aquela do ano de 1988, que prometeu uma alegria que nunca chegou, pois, manteve todo o aparato repressivo pinochetista, sua Constituição e as leis que despojaram o país de todas suas fontes de riquezas em favor

dos países imperialistas.

Hoje, essa fraude plebiscitária é uma cópia da traição anterior, referendada pela Lei 21.200, sancionada entre 23 e 24 de dezembro de 2019, cujo artigo 135, das Disposições Especiais, afirma: “O texto da nova Constituição que se submete a plebiscito deverá respeitar o caráter de República do Estado do Chile, seu regime democrático, as sentenças judiciais tomadas que tiverem transitado em julgado e os tratados internacionais ratificados pelo Chile que estejam vigentes”. Mediante estas disposições especiais, ficam preservados todos os investimentos do capital estrangeiro na água para irrigação e consumo humano, energia elétrica, mineração, mar e terras para agricultura, fundos de Previdência, etc.

O Chile, um país semicolonial, com uma economia pequena, desigual e combinada, inserida no mercado globalizado, tem 26 tratados, com os quais os governos, principalmente os da “concertação” e dois presidentes socialistas, submeteram o país ao arbítrio e superexploração das grandes potências imperialistas. Além disso, para mudar sequer um artigo destas leis, são necessários dois terços dos votos parlamentares, ou seja, é necessário 66,33% para excluir o mudar um artigo de uma lei. Este é o regime democrático burguês, que, para a classe operária e os oprimidos que conformam a maioria nacional, não passa de uma real e verdadeira ditadura de governos civis.

A burguesia proprietária do transporte de carga e de passageiros se reuniu no Palácio de Governo (La Moneda) com o ministro dos transportes e seus assessores, em reunião encabeçada pelo próprio presidente da República Sebastián Piñera. O governo aceitou a reivindicação deste setor empresarial, que através do presidente nacional dos caminhoneiros exige que o governo e o parlamento agilizem uma reforma da lei antiterrorista, e aprovem uma lei de inteligência policial. O senhor Campos, ex-ministro de justiça do governo da Michele Bachelet, favorável a esta exigência patronal, afirmou para a imprensa que era necessário modificar a lei antiterrorista, porque teria alguns “erros”, pois, naturalmente, durante os governos da “concertação” foi desenhada para reprimir os Mapuches, e não para ser aplicada contra os protestos urbanos, como são as

barricadas, fechamento de estradas e ruas, etc. Após concluída a reunião no dia 13 de outubro, Sergio Pérez, líder dos caminhoneiros, comunicou aos jornalistas o acordo com o governo, segundo o qual, todo caminhão queimado será pago pelo Estado, o que se soma aos seguros dos veículos. Assim, se submete o Estado capitalista aos seus patrões burgueses.

A pandemia agudizou a deterioração econômica do país, provocando uma crise social sem precedentes, com perda de empregos, redução de salários, e aumento da superexploração da mão-de-obra. Os doentes por Covid 19 não são substituídos, e a grande quantidade de demissões injustificadas aprofunda os impactos sobre a vida de milhões de trabalhadores. Centenas de milhares destes, sem nenhum ganho, abandonam suas casas por não poder pagar os alugueis, não lhes restando senão a opção de ocupar terrenos baldios, sem nenhum tipo de urbanização, carecendo do vital serviço de água encanada, dependentes de caminhões-pipas, cisternas municipais ou pagando onerosos encargos.

A crise financeira do Estado provoca o aumento das contas nacionais: a dívida externa do Chile atinge 85% do Produto Interno Bruto. Informe do Banco Central do Chile atesta que a dívida pública atinge US\$ 208,108 bilhões (85,9% do PIB), o que representa o aumento de 5,6% em relação ao primeiro trimestre, e 7,4% em comparação ao mesmo trimestre do ano 2019. Isto demonstra que a crise prosseguirá independentemente do resultado do plebiscito, e estabelece com muita clareza que a crise só poderá ser resolvida pela via de uma revolução, cujos frutos serão reconhecidos após um longo período de sacrifícios, enquanto o caminho apresentado pela burguesia é o de destruição da humanidade.

A casta governamental utiliza a politicagem burguesa para manter seu poder. Os parlamentares e os que aspiram ao parlamento, todos, de uma ou de outra maneira, se unem pelo objetivo comum eleitoral, baseado na conciliação de classes, negando que o capitalismo se estruture sobre duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado, com interesses diametralmente opostos. Quando a realidade coloca as duas classes antagônicas numa disputa desigual, na qual a burguesia, com todo seu poder, proprietária de toda a riqueza, impõe as regras de acordo com suas necessidades de classe mediante a força, sendo ajudados pelo favor que lhes proporcionam os impostos que dividem a classe oprimida, que hipocritamente dizem servir, mas, ocupando cargos de privilégio, mediante o oportunismo reformista contrarrevolucionário.

Estamos diante do abominável projeto reformista, postulando o eleitoralismo burguês, que mediante o voto escolhe o verdugo de turno para usar o chicote contra a classe operária e a maioria oprimida. Da mesma forma, manterá intacto o aparato repressivo das Forças Armadas, dos carabineiros, polícia civil e cárceres, contra toda ação que ataque a ordem estabelecida, mas, protegerá as ações dos grupos fascistas e as pressões empresariais, apesar dos graves delitos cometidos por eles contra a nação e contra grupos humanos, como mu-

lheres, povos preexistentes, migrantes e minorias sexuais que habitam este país.

Todos os conglomerados políticos e pequenos grupos estão se engalfinhando na luta eleitoral e, nem remotamente, propõem um programa de reivindicações econômicas e, menos ainda, medidas transitórias que indiquem e orientem sistematicamente o caminho para liquidar o capitalismo. Diante da precarização do emprego, os trabalhadores, mesmo em condições de superexploração, não se atrevem a se organizar por receio de perder esse miserável trabalho, que rebaixa sua dignidade como seres humanos. Mesmo aqueles que têm um vínculo direto com o empregador, cumprindo horário fixo de trabalho, e usam roupa de trabalho, não têm contrato que lhes garanta sua seguridade social e uma renda fixa, pelo contrário, sua remuneração é pelo que se vende e, nos casos de acidentes, não têm assistência médica, nem obrigação dos remédios serem pagos pelo patrão.

O Chile é um país mineiro, e o ministro de mineração Baldo Prokurica defende que se amplie o investimento estrangeiro, afirmando que, caso se efetivem todos os projetos mineiros, não haveria desemprego no Chile. Nós defendemos a escala móvel de horas de trabalho, na mineração e em todas as empresas privadas e estatais, mudar o sistema de dois turnos de doze horas por quatro de seis horas de duração, trabalho efetivo, e que os salários mantenham seu valor real igual ao custo da cesta básica, reajustados automaticamente de acordo

com a elevação dos preços dos produtos de primeira necessidade, aplicando a solidariedade entre operários, medidas efetivas para resolver a aflição de milhares de famílias, que hoje vivem da caridade pública, e de bônus que não passam de um paliativo fugaz e desmoralizador.

A burguesia, com toda razão, teme a mobilização unificada dos oprimidos liderados pela classe operária, a única revolucionária pelo lugar que ocupa na produção de bens materiais e serviços que contribuem ao desenvolvimento do país. Como classe instintivamente revolucionária, deve transformar-se no principal protagonista da revolução proletária, transformada no elemento consciente, mediante a intervenção de sua vanguarda, o Partido Operário Revolucionário, empunhando a estratégia da tomada do poder, esmagando todo vestígio da classe anteriormente dominante e implantando o governo Operário e Camponês, que exercerá a ditadura da maioria nacional, isto é, a ditadura do proletariado.

Precisamos que a vanguarda de jovens revolucionários assuma este grande e único desafio de construir o Partido Operário Revolucionário no Chile. Mediante a construção do Partido da Revolução Socialista Mundial (CERQUI), cuja direção internacional se coloca como única corrente revolucionária consequente, empunhando o marxismo-leninismo-trotskismo

(Extraído do Jornal Lucha Obara, outubro, órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile)



## Indonésia

# Levante operário e popular diante da contrarreforma trabalhista do governo



Um dia depois de aprovada a chamada “lei ônibus” pelo parlamento, em 5 de outubro, que modificará 70 itens da legislação (trabalhista, comercial e ambiental), se deflagraram massivos protestos, exigindo sua revogação. Ao aprovar a lei com uma votação urgente,

e até por fábrica; favorece as demissões e as readmissões com contratos temporários; reduz os encargos patronais por demissões, e diminui o valor das licenças trabalhistas (maternidade, doença etc.); flexibiliza as regulamentações ambientais, etc.

a combater os governos, recorrendo a seus métodos próprios de luta. Essas tendências verificam-se nos EUA, Índia, França, Chile, Bolívia, Malásia, Argentina, Brasil, etc.

Na Indonésia, o movimento de massa se destaca pela presença massiva e radicalizada da classe operária, confluindo com a pequena burguesia arruinada e a juventude oprimida, no combate ao governo. O fundamental dessa constatação reside em que existem as condições objetivas para pôr em pé um movimento unitário da classe operária e dos demais oprimidos sobre a base do programa e dos métodos da luta de classes contra a opressão social e nacional. Mas, a experiência das lutas travadas pelas massas em diversos países tem demonstrado também que suas direções sindicais e políticas mergulham – todas elas – na política de conciliação de classes, e acabam desmontando os movimentos, e traindo os explorados. Assim, mostram-se serviços das multinacionais e do imperialismo.

Está aí a importância da vanguarda com consciência classe avançar na conquista das organizações de massas para a política classista e revolucionária, e de construir o partido marxista-leninista-trotskista. Somente assim, ajudarão os levantes e greves, que acabarão passando por cima das direções venais, a dar passos no sentido da revolução proletária.

---

***Na Indonésia, o movimento de massa se destaca pela presença massiva e radicalizada da classe operária, confluindo com a pequena burguesia arruinada e a juventude oprimida, no combate ao governo.***

---

um dia antes da greve geral de 72 horas, convocada pela Confederação de Sindicatos da Indonésia (KSPI), a Aliança do Congresso de Sindicatos de Trabalhadores da Indonésia (KASBI), e o Movimento Trabalho para o Povo (Gebrek), o governo pretendia dispersar o movimento com o fato consumado. Mas, a manobra falhou. Os grevistas, revoltados, paralisaram grande parte do país, e enfrentaram a repressão policial com tudo o que vinha a suas mãos.

O levante popular massivo e radicalizado assinalou a via que deverão percorrer as massas, para derrotar a maldita reforma, que aumenta as horas extras de 14 para 18; remove os entraves legais sobre dias de folga, deixando nas mãos do patronato estabelecer seu caráter e duração; rasga as leis federais sobre o salário mínimo em diversos ramos econômicos, impondo a fixação de salários mínimos por região

A violenta repressão contra o movimento grevista (contabilizam-se seis mortos e centenas de feridos) indicou que o governo está disposto a impor a sangue e fogo os ditames dos monopólios, que ameaçaram deslocar suas operações para Vietnã, Malásia ou Tailândia. É visível que a nova lei expressa movimentações do capital monopolista por cima das fronteiras nacionais, objetivando equacionar a crise de superprodução, o estreitamento dos mercados e a tendência à queda da taxa média de lucro. Para isso, o grande capital realiza uma violenta ofensiva contra os explorados, depreciando o preço da força de trabalho, e avançando na destruição de forças produtivas em larga escala. Mas, também são essas insolúveis contradições da etapa de desagregação do capitalismo que impulsionam os levantes das massas, obrigam-nas a romper a paralisia imposta pela pandemia, e

**Tailândia**

# A luta democrática da juventude e as tarefas do proletariado

Por mais de três meses, a Tailândia vem sendo palco de massivas manifestações, exigindo reformas democráticas. Nesse país, ainda se conserva o regime de Monarquia Constitucional. À cabeça da luta, acha-se uma ampla camada de estudantes universitários e secundaristas. Apesar de se desenvolver por décadas de forma semiclandestina e semilegal, o movimento vem ganhando força, após a implosão de protestos e greves, que tomaram conta de diversos países da Ásia, em 2020. Na sua base, acha-se a crise econômica, agravada pela pandemia, que atinge frontalmente a juventude estudantil, que não acha trabalho. Por sua vez, as rígidas estruturas políticas e sociais a impedem de abrir uma via à ascensão social. Tais condições explicam por que o movimento democrático – que tem um longo percurso histórico – adquiriu os contornos de uma profunda crise política.

## Percurso histórico

A monarquia perfaz mais de 700 anos de existência. Adentrou ao século XX assentada nas formas pré-capitalistas de produção e na grande propriedade da terra. Sobre essa base, ergueu-se o domínio político da monarquia absolutista, que logo passou a integrar uma ampla camada pequeno-burguesa comercial, que sobrevivia e realizava seus negócios à sombra dessas relações políticas e sociais.

A convulsiva situação política do Século XX e a inserção do país na divisão mundial do trabalho começariam a atingir essas bases, ao desenvolver uma burguesia comercial intermediária, que se ligava aos monopólios imperialistas, através dos intercâmbios comerciais. Mas, seu caráter parasitário e sua raquítica base econômica impediram-na de varrer os vestígios monárquicos, e assumir o poder do Estado. Entretanto, ao se constituir em um dos sustentáculos dos monopólios no mercado interno, passou a gravitar nas decisões políticas, e ganhou seu lugar nas instituições, sob a proteção da monarquia.

Seriam a divisão do mundo, operada pelas potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial, bem como os reflexos da Revolução Russa entre as massas do mundo todo, que impulsionariam os processos de mudanças e de limitadas reformas, que visariam a adaptar à monarquia as novas condições históricas e relações políticas mundiais. Mas, as mudanças chocavam-se o tempo todo com o lastro monárquico. Eis que, em 1932, estourou um massivo movimento democrático, que se orientou a abolir a monarquia.

## Monarquia Constitucional

A ampla e massiva luta democrática convergiu com as movimentações imperialistas, que objetivavam realizar modificações “controladas” nos regimes de governo da região, visando

a, desse modo, evitar que os movimentos democráticos e nacionalistas viessem a se projetar como revoluções sociais mais amplas. Mas, também convergia com a destruição pelo estalinismo da direção revolucionária mundial do proletariado, e a decomposição dos partidos comunistas nacionais.

Ausente uma direção verdadeiramente marxista-leninista, como direção do movimento democrático, dado o raquitismo da classe operária no conjunto das relações sociais do país, e a forte influência das manobras imperialistas (que regaram fartamente com dinheiro e capitais aos governos semicoloniais), a pequena-burguesia, que liderava os movimentos democráticos, acabaria confluindo com a burguesia nacional, ao se utilizar do invólucro monárquico para preservar seus interesses.



*Apesar de se desenvolver por décadas de forma semiclandestina e semilegal, o movimento vem ganhando força, após a implosão de protestos e greves, que tomaram conta de diversos países da Ásia, em 2020. Na sua base, acha-se a crise econômica, agravada pela pandemia, que atinge frontalmente a juventude estudantil, que não acha trabalho.*

Tais bases conformaram o regime da Monarquia Constitucional, vigente no país até hoje. Na cúpula se acha o rei Vajiralongkorn; mas o exercício real do poder está nas mãos da cúpula militar, a alta burocracia estatal e a burguesia comercial, associada a essa casta. Se bem que, por meio desse regime de características bonapartistas, se preservam os interesses das frações da burguesia e da pequena burguesia comercial, são também essas estruturas que impedem o país de superar o profundo atraso econômico, a subordinação semicolonial aos monopólios, e cumprir as tarefas democráticas pendentes, que diuturnamente impulsionam choques e conflitos com a ampla e pauperizada classe média urbana. Na base dessa estrutura, proporcionando a mais valia que alimenta o parasitismo da casta burocrático-militar e os lucros burgueses, acha-se o proletariado que, nas últimas décadas, passou a ter um peso decisivo no conjunto das relações sociais de produção, com a penetração de indústrias monopolistas estrangeiras.



## Movimentos reformistas e golpes de Estado

Desde 1970 até 2013, registram-se diversas tentativas de pôr em pé movimentos democráticos. Apesar das diferenças conjunturais, todos se propunham reformar o regime, ampliando as liberdades democráticas. Em 1997, por exemplo, as eleições parlamentares elevaram Thaksin Shinawatra ao poder. Na posse do cargo de primeiro-ministro, pretendeu fazer mudanças. Em 2006, foi formada a Aliança do Povo para a Democracia (PAD), ou “Camisas Amarelas”. Em 2013, formou-se o Comitê de Reforma Democrática do Povo (PDRC). Em ambos os casos, pretendia-se responder à luta pelas reformas. Ambos os casos se chocaram com a ferrenha oposição da monarquia e da alta burocracia militar-estatal.

Finalmente, suas lideranças foram assimiladas ao regime, renegando as promessas do passado. Ocorreu, porém, que as massas pequeno-burguesas continuavam pleiteando o programa das reformas, e novas lideranças foram surgindo. O golpe de Estado de 2014 fechou, finalmente, esse ciclo de adaptação de setores reformistas ao Estado e de descenso da luta democrática das massas. Preservavam-se, mais uma vez, os interesses econômicos da casta monárquica e da alta cúpula militar. E fundamentalmente, dos monopólios, que passaram a fazer da monarquia constitucional a base de suas manobras expansionistas, e uma garantia para maximizar seus lucros.

### O movimento democrático de 2020

Na Declaração nº1, a “Frente Unida de Thammasat e Manifestação” declara que “(...) o povo esperava que nosso país fosse uma democracia com o rei como chefe de estado”, porém, “acima da política”. O que não se verificou, uma vez que o “rei exerceu o poder de intervir na política” e apoiou cada golpe que derrubava governos surgidos “de um processo democrático real”. Acusa ainda que o Rei desvia dinheiro “do orçamento nacional” e que “negligenciou seus deveres de chefe de Estado, que o liga aos corações do povo”, enquanto “as pessoas estão passando por dificuldades”. De forma que – assim afirma –, se não houver “ajustes feitos para a monarquia coexistir com as instituições do povo, o povo necessariamente perderá a fé na monarquia”.

Após essas considerações, a “Frente” apresenta sua agenda de reformas. Eis: 1) revogação do Artigo 6º da Constituição, que impede que se façam acusações contra o Rei, e que se adicione outro que permita ao Parlamento examinar “irregularidades” praticadas pelo Rei; 2) revogação do artigo 112 do Código Penal, que permite processar e encarcerar por 15 anos quem atentar contra a “integridade moral” do Rei, bem como que se garanta a liberdade de expressão diante da monarquia; 3) “revogar a Lei de Propriedade da Coroa de 2018”, fazendo uma auditoria dos bens e propriedades reais, por meio de uma “divisão clara entre os bens do rei, sob o controle do Ministério das Finanças e seus bens pessoais”; 4) reduzir o montante do orçamento nacional atribuído ao Rei; 5) dissolver os “escritórios reais”; 6) anulação da obrigação de “glorificar” a monarquia na educa-

## Tailândia

ção e administração públicas; 9) “O rei não deve endossar mais nenhum golpe”. Finalmente, a “Frente” esclarece que tais exigências pretendem favorecer as condições para que a monarquia continue a ser “estimada pelo povo em uma democracia”.

Como se vê, tratam-se de medidas limitadamente democrático-burguesas. O que expõem a incapacidade do movimento pequeno-burguês de derrubar a monarquia e instalar uma república democrática, própria do capitalismo.

### Somente um movimento revolucionário pode derrotar o regime ditatorial

Apesar de nunca ultrapassar o caráter pacífico dos protestos, e de se restringir a exigir reformas ao regime atual de governo, o primeiro-ministro Prayuth Chan-ocha acusou o



***O movimento democrático pequeno-burguês vem indicando que a maioria oprimida já não suporta arcar com a pobreza e com o peso da monarquia-militar, que serve aos grandes proprietários e às multinacionais.***

movimento de constituir um “perigo aos valores e instituições”, e declarou o “Estado de emergência”, que submete à lei marcial os protestos, proíbe a reunião de mais de 4 pessoas, e permite impulsionar processos criminais contra qualquer mídia que publique matérias jornalísticas que “firam a segurança nacional ou causem pânico”.

Essa reação indica o desespero da casta real e dos militares de perderem valiosos privilégios. Não cederão passagem ao movimento democrático, a não ser que se transforme em um poderoso levante nacional, em que o proletariado desperte e assuma a frente dos combates. O programa de reivindicações, expresso na Declaração, deixa clara a intenção de um compromisso com a burocracia go-

vernante. As massas tailandesas terão de passar por cima dessa farsa democrática para abrir um caminho revolucionário.

### Construir o partido proletário

O movimento democrático pequeno-burguês vem indicando que a maioria oprimida já não suporta arcar com a pobreza e com o peso da monarquia-militar, que serve aos grandes proprietários e às multinacionais. Não há como democratizar o regime e adaptá-lo às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas. As necessárias tarefas democráticas da Tailândia não podem ser assumidas pela pequena-burguesia democratizante, que se concentram na independência nacional, diante da dominação imperialista, e em medidas de superação do atraso econômico, que implicam arrancar as massas da pobreza. Sem que os explorados arremetam contra os grandes proprietários dos meios de produção e o saque imperialista, não há como estabelecer um regime democrático. Não se trata de lutar por uma República burguesa, regida pelo parlamento e eleições. Mas, por uma República socialista, assentada na organização coletiva da classe operária e demais explorados. Está claro que as tarefas democráticas a serem alcançadas na Tailândia dependem de um movimento revolucionário, dirigido pelo proletariado. A vanguarda tailandesa com consciência de classe tem diante de si a mais urgente das tarefas, que é a de construir o partido da revolução proletária.





*Damos continuidade à campanha dos 103 anos da Revolução Russa, publicando mais um documento redigido por Lênin.*

## A III Internacional e seu lugar na história

*Lênin, 15 de abril de 1919*

Os imperialistas dos países da “Entente” mantêm o bloqueio em torno da Rússia, procurando isolar a República Soviética, como foco de contaminação do mundo capitalista. Esses indivíduos, que se gabam do caráter “democrático” de suas instituições, estão tão cegos, pelo ódio à República Soviética, que não veem como eles próprios se mostram ridículos. Pensam que os países mais avançados, mais civilizados e “democráticos”, armados até os dentes, e que têm o domínio militar sobre todo o mundo, temem mortalmente a contaminação ideológica, proveniente de um país arruinado, faminto, atrasado e que, segundo eles, é inclusive um país semisselvagem!

Basta essa contradição para abrir os olhos das massas trabalhadoras de todos os países, e ajudar a desmascarar a hipocrisia dos imperialistas, como Clemenceau, Lloyd George, Wilson, e seus governos.

Mas, o que nos ajuda não é o ódio cego dos capitalistas aos soviets, mas também as disputas entre eles, que os levam a se confundirem uns aos outros. Os capitalistas organizaram entre si uma verdadeira conspiração de silêncio, temendo mais que tudo a difusão de notícias verídicas sobre a República Soviética, em geral, e de seus documentos oficiais, em particular. No entanto, o órgão principal da burguesia francesa, *Le Temps*, publicou a notícia da fundação, em Moscou, da III Internacional, da Internacional Comunista.

Expressamos a este principal órgão da burguesia francesa, a este porta-voz do chauvinismo e do imperialismo francês, nosso mais respeitoso agradecimento. Estamos dispostos a enviar ao *Le Temps* uma mensagem solene, para manifestar nosso reconhecimento pela ajuda eficaz e competente que nos presta.

A maneira com que o *Le Temps* redigiu sua matéria, baseando-se em nosso comunicado por rádio, mostra com evidente clareza a motivação desse órgão dos ricos. Seu objetivo era o de lançar uma indireta ao Wilson, dizendo-lhe: “Aí está com quem negocia!”. Os presunçosos que escrevem a mando dos ricos esquecem que seu empenho em aterrorizar Wilson, com o espantinho bolchevique, se torna, aos olhos das massas trabalhadoras, em uma propaganda em favor dos bolcheviques. Outra vez, nosso mais respeitoso agradecimento ao órgão dos milionários franceses!

A III Internacional foi fundada numa situação mundial na qual, nem as proibições, nem os pequenos e mesquinhos subterfúgios dos imperialistas da “Entente”, ou dos lacaios do capitalismo, como Scheidemann na Alemanha, ou Renner na Áustria, podem impedir que as notícias sobre a Internacional e as simpatias por ela se di-

fundam entre a classe operária de todo o mundo. Essa situação foi criada pela revolução proletária que, de modo evidente, está sendo desenvolvida em todas as partes, a passos agigantados. Tal situação foi criada pelo movimento soviético entre os trabalhadores, alcançando tal magnitude, que chegou a ser realmente internacional.

A I Internacional (1864-1872) lançou as bases da organização internacional dos operários para preparar sua ofensiva revolucionária contra o capital. A II Internacional (1889-1914) foi uma organização internacional do movimento proletário, cujo crescimento se realizava em amplitude, à custa de um declínio temporário do nível revolucionário, do fortalecimento temporário do oportunismo, que, no fim das contas, levou essa Internacional à bancarrota vergonhosa.

A III Internacional foi fundada em 1918, quando o longo processo da luta contra o oportunismo e o socialchauvinismo conduziu, sobretudo durante a guerra, à formação de partidos comunistas em uma série de países. Oficialmente, a III Internacional foi fundada em seu I Congresso, em março de 1919, em Moscou. E o aspecto mais característico desta Internacional, sua missão, é cumprir, levar à prática, os fundamentos do marxismo, e realizar os ideais seculares do socialismo e do movimento operário. Esse aspecto, o mais característico da III Internacional, manifestou-se imediatamente no fato de que a nova, a terceira “Associação Internacional dos Trabalhadores”, começou a se tornar, em certa medida, em uma União de Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A I Internacional assentou as bases da luta proletária internacional pelo socialismo.

A II Internacional marcou a época da preparação do terreno para uma ampla difusão, de massa, do movimento em uma série de países.

A III Internacional colheu os frutos do trabalho da II Internacional, eliminando dela o lixo oportunista, socialchauvinista, burguesa e pequeno-burguesa, e começou a implantar a ditadura do proletariado.

A aliança internacional dos partidos que dirigem o movimento mais revolucionário do mundo, o movimento do proletariado para a derrubada do jugo do capital, conta agora com uma base mais sólida do que nunca: a existência de várias repúblicas soviéticas, que põem em prática a ditadura do proletariado, e encarnam sua vitória sobre o capitalismo, em escala mundial.

A importância histórica mundial da III Internacional, a Internacional Comunista, reside em que começou a levar à prática a

consigna mais importante de Marx, a consigna que resume o desenvolvimento secular do socialismo e do movimento operário, a consigna que se expressa no conceito: ditadura do proletariado.

Essa previsão genial, essa teoria genial, está se transformando em realidade.

Essas palavras latinas estão traduzidas atualmente para os idiomas de todos os povos da Europa contemporânea; mais ainda, para os idiomas de todos os povos do mundo.

Começou uma nova era na história mundial.

A humanidade se livra da última forma de escravidão: a escravidão capitalista, ou seja, a escravidão assalariada.

Ao libertar-se da escravidão, a humanidade marcha, pela primeira vez, para a verdadeira liberdade.

Como explicar que o primeiro país a implantar a ditadura do proletariado, a organizar a república soviética, tenha sido um dos países mais atrasados da Europa? É bem provável que não nos equivoque-mos, se afirmamos que, precisamente, a contradição entre o atraso da Rússia e o “salto” que foi dado até a forma mais alta de democracia, passando por cima da democracia burguesa, para chegar à democracia soviética ou proletária; que, precisamente, essa contradição foi uma das causas (independente dos hábitos oportunistas e dos preconceitos filisteus que pesam sobre a maioria dos líderes socialistas) que entorpeceram ou retardaram a compreensão do papel dos soviets no Ocidente.

As massas operárias do mundo inteiro perceberam, instintivamente, o significado dos soviets como arma de luta do proletariado e como forma do Estado proletário. Mas os “líderes”, corrompidos pelo oportunismo, ainda seguem prostrando-se diante da democracia burguesa, qualificando-a de “democracia” em geral.

Por acaso, é surpreendente que a implantação da ditadura do proletariado tenha mostrado, em primeiro lugar, a “contradição” entre o atraso da Rússia e seu “salto” sobre a democracia burguesa? Seria de se estranhar se a história nos concedesse a possibilidade de implantar uma nova forma de democracia, sem uma série de contradições.

Se, a qualquer marxista, e inclusive a qualquer pessoa com um conhecimento geral da ciência moderna, perguntássemos: “é provável que os diversos países capitalistas passem à ditadura do proletariado de uma maneira uniforme ou harmonicamente proporcional? A resposta, sem dúvida, seria negativa. No mundo do capitalismo não existiu, nunca, nem pode existir, o desenvolvimento uniforme, harmônico ou proporcional. Cada país tem desenvolvido com particular relevo um ou outro aspecto ou característica, ou um grupo de características do capitalismo e do movimento operário. O processo de desenvolvimento tem ocorrido de forma desigual.

Quando a França levou a cabo sua grande revolução burguesa, despertando todo o continente europeu para uma vida histórica nova, a Inglaterra, embora estivesse muito mais desenvolvida que a França no sentido capitalista, se pôs à frente da coalizão

## 103 anos da Revolução Russa

contrarrevolucionária. Mas, o movimento operário inglês daquela época antecipou, genialmente, muitos dos aspectos do futuro marxismo.

Quando a Inglaterra deu ao mundo o primeiro movimento proletário e revolucionário, movimento amplo, verdadeiramente de massas e politicamente formado, o cartismo, no continente europeu, desenvolviam-se as revoluções burguesas, em sua maioria débeis, enquanto que, na França, eclodia a primeira grande guerra civil entre o proletariado e a burguesia. A burguesia derrotou os diversos destacamentos nacionais do proletariado, um a um, e de maneira distinta em distintos países.

A Inglaterra constituiu o modelo de país no qual, segundo expressão de Engels, a burguesia, junto com a aristocracia abur-

guesada, criou uma aristocracia mais aburguesada do proletariado. Este país capitalista adiantado marchou durante vários decênios por trás da luta revolucionária do proletariado. A França parecia ter esgotado as forças do proletariado nas duas heroicas insurreições da classe operária contra a burguesia, em 1848 e 1871, que deram uma enorme contribuição ao desenvolvimento histórico mundial. A hegemonia na Internacional do movimento operário passou logo para a Alemanha, na década de 1870, do século XIX, época em que a Alemanha ainda se encontrava economicamente atrás da Inglaterra e França. E, quando a Alemanha ultrapassou economicamente esses dois países, isto é, na segunda década do século XX, o partido operário marxista alemão, que servia de modelo mundial, encontrava-se dirigido por um punhado de canalhas declarados, desde Scheidemann e Noske, até David e

Legien, verdugos repugnantes, saídos das fileiras da classe operária, que tinham se vendido aos capitalistas, e se colocado a serviço da monarquia e da burguesia contrarrevolucionária.

A história mundial conduz, inevitavelmente, à ditadura do proletariado. Mas não o faz por caminhos simples, planos e retos.

Quando Karl Kautsky ainda era marxista, e não o renegado do marxismo em que se converteu, ao lutar pela unidade com os Scheidemann, e advogar pela democracia burguesa contra a democracia soviética ou proletária, escreveu, no início do século XX, um artigo intitulado “Os eslavos e a revolução”. Nesse artigo, expunha as condições históricas que marcavam a possibilidade da passagem da hegemonia no movimento revolucionário mundial aos eslavos.

E assim aconteceu. Temporariamente – se compreende que apenas por pouco tempo – a hegemonia na Internacional revolucionária do proletariado passou aos russos, tal como passou, em diversos períodos do século XIX, aos ingleses, logo aos franceses e, mais tarde, aos alemães.

Tenho dito reiteradas vezes: em comparação com os países adiantados, aos russos lhes foi mais fácil iniciar a grande revolução proletária, mas lhes será mais difícil continuá-la e levá-la até o triunfo definitivo, no sentido da organização completa da sociedade socialista.

Foi-nos mais fácil iniciar, em primeiro lugar, porque o inco-

***É bem provável que não nos equivoquemos, se afirmamos que, precisamente, a contradição entre o atraso da Rússia e o “salto” que foi dado até a forma mais alta de democracia, passando por cima da democracia burguesa, para chegar à democracia soviética ou proletária; que, precisamente, essa contradição foi uma das causas (independente dos hábitos oportunistas e dos preconceitos filisteus que pesam sobre a maioria dos líderes socialistas) que entorpeceram ou retardaram a compreensão do papel dos soviets no Ocidente.***

mum – para a Europa do século XX – atraso político da monarquia czarista impulsionou uma força incomum à arremetida revolucionária das massas. Segundo, porque o atraso da Rússia confluía, de um modo peculiar, a revolução proletária contra a burguesia com a revolução camponesa contra os latifundiários. Assim começamos, em outubro de 1917, e, se não tivéssemos começado assim, não teríamos vencido com tanta facilidade. Já em 1856, Marx, ao referir-se à Prússia, indicava a possibilidade de uma combinação peculiar da revolução proletária com uma guerra camponesa. Os bolcheviques, desde o começo de 1905, defenderam a ideia da ditadura democrático-revolucionária do proletariado e dos camponeses. Terceiro, a revolução de 1905 contribuiu muitíssimo para a educação política das massas operárias e camponesas, porque familiarizou a sua vanguarda com “a última palavra” do socialismo no Ocidente, e também devido à ação revolucionária das massas. Sem esse “ensaio geral” de 1905, as revoluções de 1917, tanto a burguesa de Fevereiro, como a proletária de Outubro, teriam sido impossíveis. Quarto, as condições geográficas da Rússia lhe permitiram sustentar-se por mais tempo que outros países, diante da superioridade militar dos países capitalistas adiantados. Quinto, a atitude peculiar do proletariado frente aos camponeses facilitou a transição da revolução burguesa à revolução socialista, facilitou a influência dos proletários da cidade sobre as camadas semiproletárias mais pobres dos trabalhadores do campo. Sexto, a grande escola de luta grevista e a experiência do movimento operário de massas na Europa facilitaram o surgimento, em uma situação revolucionária que se exacerbava profunda e rapidamente, de uma forma tão peculiar de organização revolucionária do proletariado, como são os soviets.

Essa enumeração, evidentemente, não é completa. Mas, por ora, basta.

A democracia soviética ou proletária nasceu na Rússia. Em comparação com a Comuna de Paris, foi dado o segundo passo de importância histórica mundial. A República Soviética proletária e camponesa é a primeira república socialista sólida no mundo. Essa República, como um novo tipo de Estado, não pode morrer. Já não está só.

Para continuar a obra da construção do socialismo, para levá-la a cabo, ainda falta muito, muitíssimo. As Repúblicas Soviéticas dos países mais evoluídos, nos quais o proletariado goza de maior peso e influência, contam com todas as possibilidades de ultrapassar a Rússia, caso empreendam o caminho da ditadura do proletariado.

A II Internacional em bancarrota está agonizando e apodrece em vida. De fato, desempenha o papel de laiaio da burguesia mundial. É uma verdadeira Internacional amarela. Seus líderes ideológicos mais destacados, como Kautsky, cantam louvores à democracia burguesa, qualificando-a de “democracia” em geral, ou – o que é mais tolo e grosseiro ainda – de “democracia pura”.

A democracia burguesa caducou, assim como a II Internacional, embora cumprisse um trabalho historicamente necessário e útil, quando estava posta, na ordem do dia, a obra de preparar as massas operárias nos marcos dessa democracia burguesa.

A república burguesa mais democrática sempre foi, e não podia ser outra coisa, uma máquina para a opressão dos trabalhadores pelo capital, um instrumento da ditadura da burguesia, da dominação política do capital. A república democrática burguesa prometia o poder para a maioria, o proclamava, mas jamais pôde

realizá-lo, já que existia a propriedade privada da terra e demais meios de produção.

Na república democrática burguesa, a “liberdade” era, na prática, uma liberdade para os ricos. Os proletários e os camponeses trabalhadores podiam e deviam utilizá-la com o objetivo de preparar suas forças para derrubar o capital, para vencer a democracia burguesa, mas nos fatos, como regra geral, as massas trabalhadoras não podiam gozar da democracia sob o capitalismo.

Pela primeira vez no mundo, a democracia soviética ou proletária criou uma democracia para as massas, para os trabalhadores, para os operários e os pequenos camponeses.

Jamais existiu no mundo um poder político exercido pela maioria da população, um poder efetivamente desta maioria, como é o poder soviético.

Este poder reprime a “liberdade” dos exploradores e de seus cúmplices; priva-os da “liberdade” de explorar, da “liberdade” de enriquecer à custa da fome, da “liberdade” de lutar pela restauração da dominação do capital, da “liberdade” de conspirar com a burguesia estrangeira, contra os operários e camponeses de seu próprio país.

Que os Kautskys defendam essa liberdade. Para isso, é preciso ser um renegado do marxismo, um renegado do socialismo.

A bancarrota dos líderes ideológicos da II Internacional, como Hilferding e Kautsky, em nenhuma outra coisa se manifestou, com tanta evidência, como em sua total incapacidade de compreender o significado da democracia soviética ou proletária, sua relação com a Comuna de Paris, seu lugar na história, sua necessidade como forma de ditadura do proletariado.

O jornal A Liberdade (Die Freiheit), órgão de imprensa da socialdemocracia alemã “independente” (leia-se mesquinha, filisteia, pequeno-burguesa), publicou em seu nº 74, de 11 de fevereiro de 1919, um manifesto intitulado “Ao proletariado revolucionário da Alemanha”.

Esse manifesto é assinado pela direção desse partido e por toda sua minoria da “Assembleia Nacional”, a “Constituinte” alemã.

Esse manifesto acusa os Scheidemanns de pretender eliminar os soviets e propõe – não riam! – combinar os soviets com a Assembleia Constituinte, conferir aos soviets certos direitos políticos, um determinado lugar na Constituição.

Conciliar, unir a ditadura da burguesia com a ditadura do proletariado! Que simples! Que ideia brilhantemente filisteia!

Apenas é de lamentar que já se tenha experimentado isso sob Kerensky, na Rússia, os mencheviques e membros do Partido Socialista Revolucionário unidos, esses democratas pequeno-burgueses que se dizem socialistas.

Quem, ao ler Marx, não tenha compreendido que, na sociedade capitalista, em cada situação grave, em cada importante conflito de classes, apenas é possível a ditadura da burguesia ou a ditadura do proletariado, não compreendeu nada da doutrina econômica e política de Marx.

Mas, a ideia brilhantemente filisteia de Hilferding, Kautsky e Cia., de combinar pacificamente a ditadura da burguesia com a ditadura do proletariado, exige uma análise especial, sempre que se queira analisar a fundo os absurdos econômicos e políticos acumulados neste notável e ridículo manifesto de 11 de fevereiro. Isso terá de ser feito em outro artigo.

*Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXXI, Akal Editor)*





## Apontamentos sobre a história do Partido bolchevique

No jornal *Massas* anterior, expusemos a importância que Lênin dava à revolução proletária na Europa, para desenvolver a transição do capitalismo ao socialismo na República Soviética. De forma que assinala as novas condições favoráveis ao proletariado mundial, principalmente ao europeu, no pós-guerra.

Em março de 1919, redige o folheto *“Êxitos e Dificuldades do Poder Soviético”*, publicado, em Petrogrado, pelo Soviete de deputados operários e do Exército Vermelho. Lênin o introduz, referindo-se ao grande feito que foi a fundação da III Internacional. Assinala o significado histórico, tanto das conquistas teóricas como práticas, que se materializava no programa internacionalista. Parte da avaliação de que os soviets, que foram uma criação dos explorados na revolução russa, se haviam projetado mundialmente. Essa organização coletiva permitiu a conquista do poder e a constituição da ditadura do proletariado. Lênin alerta para o fato de se *“dedicar demasiada atenção aos pequenos detalhes da administração, e se esquecer da trajetória geral do desenvolvimento mundial de toda a ditadura proletária, sua evolução por meio do poder dos soviets, ou, mais exatamente, por meio do movimento soviético, em que as massas proletárias tateiam a busca dos soviets (...) e por meio da tentativa de conseguir a ditadura no interior dos soviets”*.

A seguinte conclusão é de máxima importância, para se entender a profundidade da compreensão de Lênin sobre o caráter mundial da revolução socialista, que recém ocorria na Rússia. *“Não se pode alcançar um triunfo total e definitivo em escala mundial somente na Rússia. Isso unicamente poderá ser alcançado, quando o proletariado triunfar em todos os países adiantados, pelo menos, ou em alguns dos maiores e mais adiantados países. Somente então poderemos afirmar, com plena segurança, que a causa do proletariado triunfou, que nossa primeira meta – a derrocada do capitalismo – foi alcançada. Alcançamos esse objetivo em um só país e isso nos coloca uma segunda tarefa. Instaurado o poder soviético, derrubada a burguesia em um só país, a segunda tarefa é travar a luta em escala mundial, em outro plano: a luta do Estado Operário cercado por Estados capitalistas.*

Nota-se que Lênin se esforça para que os soviets e demais organizações, sobre as quais se assentava o governo revolucionário, sejam dirigidos pela vanguarda marxista com plena consciência de que a revolução de Outubro tão somente rompia um elo da cadeia mundial do capitalismo. A transição do capitalismo ao socialismo, portanto, não poderia triunfar, à margem da luta de classes e da revolução mundiais. A possibilidade da revolução em um determinado país estava comprovada, mas a construção do socialismo não seria possível no interior das fronteiras nacionais. As vitórias obtidas em um curto espaço de tempo não deveriam obscurecer a compreensão das tarefas internacionais, que condicionavam o desenvolvimento do socialismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O fôlego obtido com a paz de Brest-Litovsk era passageiro. Havia que aproveitá-lo ao máximo, para fortalecer as organizações soviéticas, o que incluía a constituição de um novo exército, o Exército Vermelho. Passa à seguinte consideração:

*“Enquanto existir o velho capitalismo, não é possível sair desta paz, porque a guerra acumulou tal quantidade de dívidas capitalistas, tal pilha de ruínas em todo o mundo capitalista, que não é possível sair sem desmoronar toda a pilha, iniciando assim uma avalanche”*.

O fato de se popularizar entre as massas a experiência dos soviets e da classe operária fazia com que a retomada da ofensiva no pós-guerra comparasse como um perigo para a aliança imperialista vencedora. A União Soviética acirrava as condições do capitalismo esgotado e em decomposição. Os países da Entente (aliança vencedora) estavam obrigados a *“descarregar sobre a Rússia suas dívidas, sua miséria, sua ruína; de saquear e estrangular a Rússia, para desviar, assim, a crescente indignação de suas massas trabalhadoras”*. Não havia dúvidas de que o poderio econômico e militar da aliança imperialista, que se denominava democrática, seria suficiente para vencer. No entanto, a União Soviética contava a seu favor com a poderosa força do proletariado europeu e mundial, que combatia as brutais consequências da guerra. Tratava-se de fortalecer as condições econômicas internas e impulsionar o internacionalismo proletário.

Lênin se mostrava confiante, mas sabia perfeitamente das fraquezas internas, que ainda persistiam no processo recém iniciado de transição ao socialismo. Era preciso avaliar, com método, a correlação de forças, e agir com precisão, em função da previsão de que avançava a revolução mundial. As tarefas de política internacional ganhavam, cada vez mais, importância decisiva. No momento, o inimigo mais importante não era tanto a Alemanha derrotada, mas a aliança vencedora. Eis: *“O imperialismo alemão se desmascarou por completo como saqueador. Mas, o mais importante é que, também na América do Norte e na França, nestas famosas democracias (...), as mais avançadas do mundo, nestas repúblicas, o imperialismo, dia a dia, se torna mais insolente, e encontramos ali aves de rapina mais ferozes que em nenhuma outra parte. Saqueiam o mundo, disputam entre si, e se armam uns contra os outros”*.

Depois de desenvolver as teses e explicações sobre as tarefas internas, típicas de um país atrasado, que cabiam ser assumidas pelas organizações soviéticas, Lênin retoma a formulação inicial sobre a fundação da III Internacional. Essa fortaleza do proletariado, centralizado e organizado sobre a base do programa da revolução mundial, tinha condições de incentivar os explorados a erguerem sua democracia revolucionária, por meio dos soviets. Relata: *“Em Paris, Londres, Nova York, as massas operárias traduzem em seus próprios idiomas a palavra ‘soviets’, a tornaram compreensível para todo operário, porque sabem que a velha república burguesa não pode ajudar em sua causa, que somente o poder operário pode ajudá-los”*. Conclui com uma tese avançada do internacionalismo marxista: *“O movimento soviético está surgindo em todas as partes, e, como vimos nascer a República Soviética de 25 de outubro de 1917, e há alguns dias vimos nascer em Moscou a III Internacional Comunista, logo veremos nascer a República Soviética Mundial”*.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXX, Akal Editor)